



**U LISBOA**

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **A SUBVERSÃO POLÍTICA E A REVOLUÇÃO: CENÁRIOS GLOBAIS E A PERSPECTIVA ANGOLANA**

**Nome do Autor: Sebastião José António Martins**

**Orientada por: Professor Doutor António Manuel Silva Ribeiro**



Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estratégia

**Lisboa**

Março de 2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus netos, Ivano e Kyara, meus tesouros e pilares do meu amanhã, com a esperança de lhes deixar uma reflexão e uma expectativa de um mundo melhor.

Dedico-o, também, à Rosa Martins, minha mulher e grande amiga, sempre presente na minha vida, pela cumplicidade, companheirismo e apoio incondicional, marca importante de carácter e determinação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por iluminar bondosamente todos os meus caminhos.

O que seria de mim sem a Fé que tenho em Vós, meu Senhor.

Ao Professor Doutor António Manuel Silva Ribeiro, nosso Orientador, mestre que desde a primeira hora, em Angola, nos incentivou e fez sonhar, amigo que tão bem nos acolheu em Portugal, pela sabedoria, estímulo e por acreditar na realização deste trabalho.

À minha família, aos meus filhos Sérgio, Yannick e Jacqueline e, em especial, à minha mulher, Rosa Martins, pelo incentivo e força, e a quem tantas vezes deixei para me dedicar por inteiro a este trabalho.

Aos nossos colegas de trabalho e amigos que, pela sua generosidade e disponibilidade, nos apoiaram nas pesquisas, na discussão dos temas, nunca permitindo que fraquejássemos na elaboração e finalização deste trabalho.

Agradeço, por fim, ao Professor Doutor António de Sousa Lara, novamente ao Professor Doutor António Silva Ribeiro e ao Professor Doutor Heitor Romana, que, integrando o júri da sessão de defesa da tese de Mestrado, me ofereceram o privilégio de aflorar o seu vasto conhecimento e contribuíram com indicações de inestimável valor para melhorar e concretizar o potencial deste documento, limando arestas e fortalecendo estruturas de pensamento e conclusões.

## **RESUMO/ABSTRACT**

A Estratégia, enquanto conceito e *praxis*, ocorre, de forma mais ou menos explícita, em todas as relações que envolvem os agentes políticos, desde os Estados aos partidos políticos e grupos de pressão, além de um sem-número de relações entre actores de vários sectores que se sobrepõem, complementam e entrecruzam. Conhecê-la, e, através do seu estudo, compreendê-la e saber analisar os factores que a influenciam, é uma tarefa que requer tempo, estudo e dedicação à causa de ver para lá do que se apresenta diante dos nossos olhos.

O objectivo do presente estudo passa precisamente por corporizar, sob a forma de Dissertação de Mestrado, uma tentativa de estudar e compreender algumas das estratégias utilizadas nas dinâmicas subversivas dos contendores do Governo na República de Angola.

Para tal, efectua-se uma depuração do conceito de Estratégia, bem como dos conceitos de coacção, revolução e subversão, enquadrados teoricamente, recontamina-se o conceito, aplicando-o às acções dos governos e contendores de situações de subversão política, como as ocorridas nas “Revoluções Coloridas” e nas “Primaveras Árabes”, e traçando um paralelismo, comparando estas situações com a situação política da República de Angola, aos níveis da governação e dos seus contendores. Dessa comparação nasce uma tentativa de verificação de eventuais indícios e condições para a ocorrência de uma putativa “Primavera Angolana”.

A presente Dissertação baseia-se na análise factual da realidade e na consulta de materiais à mesma concernentes, bem como na verificação e certificação dos dados recolhidos, sempre com a preocupação da consulta de fontes credíveis.

Como conclusões, prova-se que, actualmente, não existem indícios que confirmem uma elevada probabilidade de sucesso dos movimentos subversivos verificados na República de Angola. No mesmo sentido, conclui-se que carece de melhor interpretação a estratégia governamental, caso o Executivo pretenda, para lá do seu esforço actual, prevenir eficazmente qualquer conturbação política no país, reforçar as forças contra-subversivas e incrementar e reforçar a coesão e a adesão da população ao seu projecto político.

**Palavras-chave:** Estratégia, Subversão, Contra-Subversão, Segurança Nacional, Bem-Estar, “Revoluções Coloridas”, “Primavera Árabe”, República de Angola, “Primavera Angolana”.

Strategy, as a concept and *praxis*, occurs, more or less explicitly, in every relationship involving political actors, from states to political parties and pressure groups, not to mention countless connections that bond many other strategic filed actors, that overlap, complement and entwine each other. To know Strategy, and by the means of study, to understand it and to get acquainted with the factors that influence it, is a task which consumes time, study and dedication to the cause or seeing beyond what meets the eye.

The objective of the present study lies exactly in the embodiment, by a Masters Thesis, of an attempt to study and understand some of the strategies mobilized within the subversive dynamics developed by the government's challengers in the Republic of Angola.

In order to achieve our aim, the thesis performs a purification of the strategy concept, deploying its conceptual framework over the government and contenders' actions within "Colour Revolutions" and "Arab Spring" and, by sketching a line of parallelism with the political situation in the Republic of Angola, concerning governance and its contenders. From that comparison, it will be possible to bring up an attempt to analyze and verify evidence and conditions that may influence the occurrence of an "Angolan Spring".

The present essay bases its thinking on the factual analysis of reality and on the study of written materials concerning the issues analyzed, always with a deep concern about the credibility of the sources consulted to provide factual data.

Concluding the thesis, it becomes proved that, currently, there is no evidence that might confirm a high probability of success for the subversive movements that evolve in the Republic of Angola. On the same direction seems to point the conclusion that the government's strategy requires a better performance, if the leaders intend to go beyond their current efforts and wish to prevent any future political disturbance, to reinforce the counter-subversive forces and to increment the cohesion and the adherence of the people to its political project.

**Keywords:** Strategy, Subversion, Counter-Subversion, National Security, Welfare, Colour Revolutions, Arab Spring, Republic of Angola, Angolan Spring.

*«O Estratega Experiente / Derrota o inimigo / Sem chegar sequer a combater / Captura a cidade / Sem armar cerco algum, / Derruba o estado inimigo / Sem prolongar a guerra».*

Sun Tzu, *A Arte da Guerra* (2008)

*«Um dos atractivos mais poderosos de um movimento de massas consiste em oferecer um substituto da esperança individual. Este atractivo é particularmente eficaz numa sociedade imbuída da ideia de progresso».*

Eric Hoffer, *Do Fanatismo* (2007)

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – A REVOLUÇÃO POLÍTICA E MILITAR NO QUADRO TEÓRICO DA ESTRATÉGIA.....	15
1. A Estratégia: Pós-Modernização do Conceito em Aplicação ao Campo Político ...	15
2. O Conflito e a Coacção: um Móbil Hiperpresente da Acção Estratégica.....	15
3. Estratégia: Subsídios para a Definição de um Conceito em Pós-Modernização....	16
4. Da Existência de um Fenómeno Subversivo e Estratégia Nacional.....	22
5. O Processo Estratégico: um Olhar de Relance Sobre os Elementos Essenciais ...	24
CAPÍTULO II – “REVOLUÇÕES COLORIDAS” E “PRIMAVERAS ÁRABES” .....	27
1. “Revoluções Coloridas” .....	27
2. Pretensas “Revoluções Coloridas” .....	28
3. Revoltas da “Primavera Árabe” .....	29
CAPÍTULO III – POSIÇÃO DOS ACTORES INTERVENIENTES NOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS.....	32
1. A Perspectiva Estratégica dos Contendores dos Estados Alvo dos Movimentos Revolucionários.....	32
2. A Perspectiva Estratégica dos Estados Alvo dos Movimentos Revolucionários ....	36
3. A Comunidade Internacional .....	37
4. Avaliação dos Resultados das “Revoluções Coloridas” e das “Primaveras Árabes”	43
CAPÍTULO IV – O CASO ANGOLANO.....	44
1. A Posição Geopolítica da República de Angola.....	44
2. Caracterização do Estado Angolano .....	48
Breve Contextualização Histórica – Séculos XX e XXI.....	48
A Organização do Estado na República de Angola.....	49
3. A Actual Política do Executivo .....	51
4. Condições para Realização de uma “Primavera Angolana”.....	57
Da Aspiração À “Primavera Angolana” .....	58
Do Perfil dos Activistas .....	59
Da Perspectiva Político-Estratégica dos Movimentos Contestatários.....	60
Da Capacidade de Mobilização .....	62
Do Tipo de Conflito .....	63

Da Perspectiva Político-Estratégica do Governo.....	64
Considerações Gerais Relativas à Execução Estratégica.....	69
CONCLUSÕES.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXOS .....	I
Anexo 1 .....	II
Anexo 2 .....	VII

## **INTRODUÇÃO**

O poder e o dever do seu controlo têm moldado indelevelmente a História do Mundo. Os séculos XX e XXI, pela sua particularidade, em matéria de diversidade político-ideológica e reticularidade mediática, têm oferecido uma paleta particularmente rica, na base de cenários verdadeiramente novos e transversais a várias nações.

O avanço da tecnologia e da organização político-administrativa e social dos Estados, das Nações e dos movimentos políticos e sociais diversificou o leque de opções bélicas e não-bélicas de exercício do poder. E o acesso às mesmas, pelos soberanos ou líderes eleitos mas, também, por súbditos ou cidadãos, veio, de algum modo, a ser democratizado. Este caldo tecnocientífico e político tem vindo a favorecer a eclosão de conflitos, por todo o globo, ou na concepção de Johan Galtung (1969) revista por Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011:30), ocorre «a persecução de objectivos incompatíveis por diferentes grupos».

À escala global, mais do que apenas uma situação conceptualizável, política e academicamente, aquilo de que tratamos constitui um conjunto de mudanças profundas, produto da interacção entre Estado e contendores no seio de uma ou mais nações, em que se joga o futuro de cada uma e a sua própria prevalência, ou por outro lado, a emergência/dissolução do Estado de Direito. Em cada caso, trata-se, bem entendido, de um uso da Estratégia (Ribeiro, 2010:22) enquanto «(A) ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo».

Porém, e apesar de perfeitamente cabimentada no âmbito conceptual definido por uma das mais distintas mentes da academia portuguesa em matéria de Estratégia, é de um tipo específico de uso estratégico que trataremos nesta Dissertação.

### **Âmbito de análise**

Longe de uma limitação clássica clausewitziana, mas indo além de uma visão como a de Beaufre (2004), é a uma perspectiva larga da utilização, por diversas entidades, da coacção, como entendida por Rich (2013:37) – «a utilização de vários instrumentos de poder para mudar o corrente actual comportamento de um adversário através da ameaça ou aplicação limitada desses instrumentos» – que nos referimos. E essa é uma visão da Estratégia tipicamente pós-moderna, com a utilização judiciosa dos instrumentos de influência comportamental, corrente nos conflitos e que advém de uma abstracção mental, prévia ao planeamento, sendo uma constelação de ideias, ou seja, uma forma

intelectualizada de dispor dos meios. Estes meios podem ser de ordem física, psicológica, económica, entre outras.

Couto (2007), como poucos, explicita como à Estratégia, enquanto ciência, estão a ser progressivamente associados novos parâmetros conceptuais, que dela fazem também uma arte, e multiplicam a sua aplicabilidade, generalizando-a a uma multiplicidade de campos do saber. E é do uso particular, em alguns casos, de estudo, desta visão pós-moderna da Estratégia, que tratamos.

### **Objectivos**

Enquanto processo reflexivo, a presente Dissertação guia-se por um conjunto de objectivos primários:

- Validar teoricamente, com o contributo de diferentes Ciências Sociais e Humanas (Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia, Estudos Militares) a evolução da Estratégia como conceito em processo de pós-modernização, com plena aplicabilidade ao campo político e enquadrá-lo no campo mais vasto da acção social como móbil da mudança social e política, materializada no conflito e numa revolução política;
- Verificar e reificar a existência de revoluções políticas de cariz marcadamente pós-moderno, consideravelmente profissionalizadas, sintetizando as suas principais condições e características no quadro teórico da Estratégia.

Secundariamente, pretendem-se, enquanto objectivos, as seguintes concretizações:

- Classificar, no quadro da taxonomia aplicável às acções estratégicas, no âmbito de uma Teoria Geral da Estratégia (Ribeiro, 2010), os modelos de acção estratégica, as modalidades estratégicas, os estilos de acção, as finalidades e as estratégias operacionais mobilizadas no uso dos meios de coacção nas mudanças políticas em estudo. Esta tarefa será complementada com a determinação dos perfis de militância desenvolvidos por Hoffer (2007), aplicados às acções estratégicas dos contendores;
- Compreender e classificar, de forma sintética, os itens estratégicos mais relevantes da abordagem efectuada às mudanças políticas em estudo, em aplicação à situação na República de Angola;
- Determinar a estética e a poética das condições de uma revolução profissionalizada na República de Angola, com base no estudo das acções do Governo e dos potenciais contendores desde a entrada do termo “*Primavera Angolana*” no léxico da esfera pública do país.

## Metodologia

O trabalho de investigação que se propõe nasce da ambição de aplicar uma matriz teórica da Estratégia a um conjunto de realidades empiricamente observáveis, de modo a sistematizar conclusões com valor operativo.

O método dedutivo emerge, neste contexto, como a atitude de investigação a adoptar numa boa tradição das ciências sociais que, na sua evolução, apreenderam a necessidade de conjugar competências das ciências exactas e as suas originais. Será assim num contexto de *grounded theory*, isto é de teorização com base na sistematização da pesquisa social, particularmente adequada ao estudo de relações entre agentes sociais, em domínios onde o conhecimento adquire um cariz, de algum modo, heurístico.

Nessa medida, olhando Quivy e Campenhoudt (2005), consideramos que o que mais se adequa ao tema da presente Dissertação e às matérias por esta analisadas é o método de “Recolha de dados preexistentes: Dados Secundários e Dados Documentais, em duas vertentes: 1) recolha de dados estatísticos; 2) recolha de documentos de forma textual provenientes de instituições e organismos públicos e privados ou de particulares”.

A presente Dissertação aborda, em primeiro lugar, os conceitos ligados à Estratégia mobilizados nas “Revoluções Coloridas” e na “Primavera Árabe”, devido ao seu interesse geoestratégico, com vista à compreensão da origem dos conflitos, das estratégias implementadas pelos actores envolvidos, verificando-se, igualmente, os modelos de acção utilizados, os seus erros e méritos, e, por fim, resultados obtidos.

Em simultâneo, identificam-se os actores de dimensão mundial, superpotências, como os Estados Unidos da América (abreviadamente, EUA), a República Popular da China (doravante, China), a Federação Russa (abreviadamente, Rússia) e, à condição, a União Europeia (doravante, UE) e a influência que exerceram nos conflitos analisados.

Atentos aos acontecimentos mundiais, delineando as estratégias de acção e reacção dos movimentos que incitam a subversão nos cenários internacionais que, num primeiro momento, serão analisados, observa-se que estes seguem uma linha de acção política tendencialmente comum. Esta centra-se na exploração de tensões sociais, da opinião pública e na atracção massificada da população aos seus propósitos, à qual se opõem estratégias de contra-subversão, adoptadas pelos governos, e cujos resultados têm sido muito diferenciados nos vários países em análise.

Assegurada a contextualização teórica e prática do conceito de Estratégia, enquanto disciplina e, posteriormente, aplicada à realidade de alguns países, com a narração das “Revoluções Coloridas” e da “Primavera Árabe” revela-se importante aplicar as noções

apreendidas e a experiência recolhida dos casos de estudo a um objecto novo e particular, a República de Angola. A escolha recaiu sobre este país, essencialmente porque foram recentemente identificados alguns movimentos contestatários ao regime liderado pelo Eng.º José Eduardo dos Santos, Presidente da República desde o ano de 1979 e reeleito recentemente em Agosto de 2012, pelo que se afigura de interesse analisar, à luz dos conhecimentos anteriormente explanados, a existência de uma ameaça que possa, a prazo, culminar numa putativa “Primavera Angolana”.

### **Questão de partida**

A questão de partida deste trabalho é simples: «Como evoluíram, da perspectiva da Estratégia, as posições e tácticas de Estado e contendores, nas, “Revoluções Coloridas”, “Primavera Árabe” e, finalmente, na República de Angola, no quadro de uma alegada tentativa de promoção de uma “Primavera Angolana”?»

A presente Dissertação de Mestrado, reconhecendo a vastidão e a complexidade deste objecto de trabalho, apenas da perspectiva teórica, não pretende, pelo ensaio da sua aplicação, fazer escola, mas antes fornecer um humilde contributo para o seu estudo, debruçando-se, numa perspectiva enquadrante, sobre este conceito maior e no qual se insere toda uma problemática mundial cuja raiz reside no Estado e nas ameaças ao seu regime político. E, tributária, por força do mérito, da RAM – Revolução de Assuntos Militares (*Revolution in Military Affairs*) – de uma nova forma de pensar sobre a utilização, ou não, do armamento e processo clássicos, quando ultrapassados por outros meios mais avançados, reconhece igualmente, a dificuldade de analisar cientificamente algumas das temáticas hodiernas mais relevantes sem recorrer à multiplicidade de fontes de informação que a reticularidade mediatizada do presente nos proporciona.

Na presente Dissertação de Mestrado, evocaremos a Estratégia nas suas origens históricas e filosóficas, com a identificação dos autores relevantes, fazendo a sua necessária revisão e actualização. Depuraremos, seguidamente, o conceito de Estratégia até chegar a um nível elevado de abstracção (Ribeiro, 2010), através do qual se determinará uma taxonomia processual, com várias fases, a servir de matriz para a abordagem à matéria baseada nos factos históricos em análise.

Feita a depuração e a exactidão de conceitos, efectuaremos nova recontaminação com o chamamento de diferentes disciplinas, a introdução de autores e o enquadramento discursivo da Estratégia na Ciência Política, com uma tonalidade algo pós-moderna.

Advém, de algum modo, desse cromatismo paradigmático, a escolha dos temas em análise nesta Dissertação de Mestrado.

Há pouco mais de uma década, aquando do atentado ao *World Trade Centre*, em Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2001, o mundo tomou consciência de que as ameaças aos estados nem sempre são visíveis nem identificáveis a partir do trabalho de *intelligence* clássico, assistindo-se a uma expressão de pós-modernidade do conceito de ataque e de guerra e à sua desterritorialização. No seguimento da “Guerra ao Terror” e de uma certa consciencialização face a ameaças iminentes e incógnitas, nasceu um sentimento de permanente desconfiança e de hostilidade para com vários países de crença predominantemente muçulmana, e respectivas populações, numa analogia generalizada entre islão e belicismo. Estes sentimentos do Ocidente fermentaram nas populações locais dúvidas crescentes sobre os regimes que os guiavam, tendo dado o mote para que fossem questionados e, muitas vezes, desafiados. Assim, em muitos países árabes e do Norte de África, recentemente, bem como em algumas nações europeias, na década anterior, multidões organizadas e descontentes fizeram cair governos, alteraram regimes, desafiaram ordens, mudaram o curso da História e deram azo às “ondas revolucionárias” das “Revoluções Coloridas” e das “Primaveras Árabes”. As motivações destas encontravam-se, ao contrário da “Guerra ao Terror”, vincadas na vontade de mudança política, no sonho da democracia.

Pela sua riqueza, estes acontecimentos representam um fascinante objecto preparatório para estabelecer um enquadramento de análise de qualquer revolução, em facto ou em potência, do nosso tempo. Contudo, os acontecimentos são ainda muito recentes, e, por isso, encobertos por uma panóplia de elementos indeterminados que dificultam a investigação documental, feita através de artefactos mediáticos e políticos e da experiência prática do mesmo, contornando a impossibilidade logística e histórica de laborar em campo.

Neste contexto, faremos, numa perspectiva comparativa, a análise estratégica da actuação dos diversos intervenientes neste âmbito, concluindo-se com a respectiva avaliação, no sentido de perceber e detectar indícios de uma ameaça à Segurança Nacional na República de Angola, corporizada na eventual ocorrência de uma alegada “Primavera Angolana”, e a forma como o Governo, estrategicamente, deverá responder.

A análise do ponto de vista estratégico dos acontecimentos ocorridos nas “Revoluções Coloridas” e na “Primavera Árabe” será essencial para compreender de que forma o Governo da República de Angola deverá reagir perante fenómenos com aspirações a subversivos que, independentemente da sua potencialidade, têm como objectivo afectar a reputação do regime político vigente e recolher o apoio dos cidadãos.

Com o presente ensaio, pretendemos efectuar um pequeno contributo para o estudo desta questão, num novo olhar sobre a realidade angolana e as eventuais condições de verificação de um acontecimento político análogo às “Primaveras Árabes”.

## **CAPÍTULO I – A REVOLUÇÃO POLÍTICA E MILITAR NO QUADRO TEÓRICO DA ESTRATÉGIA**

### **1. A Estratégia: Pós-Modernização do Conceito em Aplicação ao Campo Político**

Diferença. Discórdia. Conflito. Coacção. Vitória. Esta sequência de termos, mais antiga do que o Homem na sua materialidade, mas profundamente contemporânea deste, naturalmente agenciada pelo discurso e pela linguagem, é uma base pragmática de reflexão e acção que preside, desde a sua génese, ao processo de nascimento, expansão e amadurecimento do conceito de Estratégia.

Este fenómeno, pela sua natural complexidade e pela influência teórico-prática que exerce sobre a presente Dissertação, deve beneficiar de uma cabal dilucidação conceptual, materializada na separação e delimitação dos vários termos e conceitos que navegam no seu arquipélago de conhecimento, a vigorar ao longo de todo o trabalho.

Sem pretender efectuar uma genealogia extensiva das origens da Estratégia, deve-se fixar, primeiramente, a definição do seu conceito e a natureza conceptual do conflito e da coacção. A partir desse ponto, poderá traçar-se com mais segurança a cadeia evolutiva histórico-cultural que conduz à noção de Estratégia, e, então, a partir daí, estabelecer as linhas de aplicação básica da disciplina aos agentes políticos.

### **2. O Conflito e a Coacção: um Móbil Hiperpresente da Acção Estratégica**

A noção de conflito é ubíqua na nossa realidade. Porém, sem nos deixarmos deslumbrar por essa hiperpresença, cabe afinar, desde o início, uma definição teórica de conflito, para que se compreenda melhor a sua natureza e relação com a Estratégia. Johan Galtung (1969) é um dos primeiros proponentes de um modelo sociológico explicativo do conflito. Numa revisão do seu trabalho, Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2011:30) apresentam-no como «a persecução de objectivos incompatíveis por diferentes grupos. Isto sugere um maior âmbito temporal e uma maior variedade de querelas que o conflito armado». Na verdade, os autores entendem o conceito como aplicável a «qualquer conflito político, seja disputado através de meios pacíficos ou mediante o uso da força».

Galtung distingue três componentes essenciais ao conflito (*idem*:10-11): a *contradição*, que é, no fundo, o choque de interesses entre as partes; a *atitude*, ou seja, a sua expressão emocional (sentimentos), cognitiva (crença) e conativa (desejo, vontade) e

o *comportamento*, que se materializa na cooperação ou na coacção entre as partes. Sem um conflito de atitudes ou comportamentos, o conflito encontra-se latente.

Observe-se, por fim, aqueles que são identificados, por Abel Couto (1988), como sendo os elementos da situação conflituosa: a atitude hostil, a escolha de determinados processos para impor uma determinada vontade e uma resultante danosa que pode ser de ordem física, moral e material.

Prolíficas em conflitos, as culturas humanas desenvolvem-nos numa dinâmica progressiva que Galtung (1969), numa curva perfeita, segmenta em diversas fases: diferença, contradição, polarização, violência, guerra, cessar-fogo, acordo, normalização e reconciliação. Sabendo-se que, em inúmeros casos, apenas algumas destas fases são percorridas, pode-se, ainda assim, identificar muitas delas em situações do quotidiano humano. À escala das organizações, das nações, e até dos Estados, quase todos os estágios são percorridos.

Cumprida a primeira distinção, é momento de destrinçar a constituição de outro conceito fundamental à Estratégia, a coacção. Naturalmente imanente ao conflito, a coacção refere-se, segundo Rich (2013:37), «à utilização de vários instrumentos de poder para mudar o corrente actual comportamento de um adversário através da ameaça ou aplicação limitada desses instrumentos».

Esta utilização judiciosa dos instrumentos de influência comportamental é corrente nos conflitos e advém de uma abstracção mental, prévia ao planeamento, que se consubstancia numa constelação de ideias, de formas de dispor os meios, intelectualizada. Estes meios podem ser, entre outras, de ordem física, psicológica, económica.

### **3. Estratégia: Subsídios para a Definição de um Conceito em Pós-Modernização**

É laboriosa a tarefa de definir um conceito com uma tão grande imbricação disciplinar como a Estratégia. Não obstante, sendo o trabalho desta Dissertação mais concentrado na definição operacional e na aplicação de conceitos, será deixada para outros fóruns a componente filológica e filosófica da palavra, concentrando-se a mesma na sua economia e operatividade.

Parte-se, assim, de uma definição conceptual, basilar, aprimorada por Ribeiro (2010:22). O autor explicita o conceito de Estratégia como:

«(A) ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo».

Enquanto ciência, clarifica Ribeiro (*idem*:21), a Estratégia possui «um objecto preciso, susceptível de investigação e análise», com recurso a ferramentas teóricas e práticas independentes e dinâmicas na sua evolução, comportando um método de investigação e análise explicativo quanto à essência, causalidade e efeitos dos acontecimentos que analisa. Historicamente, essa investigação começou por utilizar as técnicas da História e da Tática. A partir do século XVIII, com a chegada da Modernidade, passou a recorrer à Ciência Política como principal fonte.

Enquanto arte, como refere Charnay (1990:33), a Estratégia combina os factores de decisão, usando para cada um deles a parte subjectiva e a parte objectiva dos critérios de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade. Mas pode ir-se mais longe. Ribeiro (2010:28) considera que:

«A arte estratégica é a hábil formulação e operacionalização da modalidade de acção, onde se articulam os factores de decisão, segundo os princípios e as regras estratégicas de aplicação, tendo em conta diversos modelos de acção estratégica validados pelas provas da Estratégia, que se desenvolvem nos níveis de decisão e execução exigidos pela complexidade do aparelho de Estado, de forma a proporcionar a vantagem estratégica suficiente para afectar o centro de gravidade contrário.»

À medida que definimos o conceito de Estratégia na sua essência, penetra-se, igualmente, na sua substância teórico-prática. E é concomitantemente a este movimento que surge a necessidade de delimitar melhor o objecto e o âmbito, bem como as fronteiras disciplinares, desta área de conhecimento.

Correia (2010:37), numa leitura de Abel Couto (1988), autor de um dos mais completos ensaios sobre Estratégia escritos por portugueses, distingue três grandes concepções da Estratégia:

«A clássica era de âmbito restrito, reduzia a estratégia à coacção militar e a actores estatais, era a arte de conduzir as batalhas. A estratégia estava dentro da guerra e não era concebível fora do seu âmbito (...). A concepção moderna, a que também se pode chamar de âmbito alargado, passou a considerar outras formas de coacção para além das militares, entre elas a económica, a diplomática, psicológica e diversos níveis da estratégia total (ou global), gerais e particulares. A guerra passou para dentro da estratégia, já que havia mais estratégia para além

da meramente militar. (...) A concepção pós-moderna é a que predomina na actualidade, ainda em fase de afirmação e, por isso, ainda não se pode falar nela como uma formulação acabada. É de âmbito generalizado, aceitando uma pluralidade de sujeitos não-políticos e não-estatais que se envolvem numa heterodoxia de conflitos que, transcendendo o paradigma clássico da guerra, são hoje conhecidos como “novas guerras”. É já não apenas a guerra, mas os conflitos na sua globalidade, independentemente da sua caracterização polemológica, que passaram para dentro da estratégia.»

É, portanto, multifacetada a nova concepção de Estratégia, e, por isso, impossível de restringir à vertente militar. No entanto, existe, no seio de uma abordagem à teoria geral da Estratégia, como a de Ribeiro (2010:39), uma clara interpretação da Estratégia como sendo «subsidiária da política». Essa visão é, de algum modo, partilhada por Fernandes (2009), que dilucida as relações, por vezes intrincadas para a academia e para os operacionais, sobre a Estratégia, os Estudos de Segurança e Defesa, a Geopolítica e as Relações Internacionais, posicionando cada uma como disciplinas autónomas, que, em alguns casos, se interseccionam. O universo da «conflitualidade hostil» (Fernandes, 2009:155) é directamente atinente à Estratégia, apesar de também abordado pelos Estudos de Segurança, e a abordagem estratégica não reduz, de modo algum, a análise à vertente militar. A Ciência Política e as Relações Internacionais, por seu turno, são indissociáveis da Estratégia, enquanto disciplinas relacionadas com a análise de interações entre actores nacionais e internacionais, nos mais variados campos de actuação política, económica, militar e social.

Subsiste porém, a questão: qual o fundamento epistemológico desta ideia de “pós-modernização”? E qual a sua diferença para a noção de pós-modernismo?

Jean-François Lyotard (1979) define o pós-modernismo como «incredulidade em relação às meta-narrativas», sendo estas visões do mundo, redes de premissas elementares em função das quais todos os aspectos da nossa experiência e do conhecimento estão interligados e são interpretados. As metanarrativas seriam interpretações teóricas de aplicação universal.

Ora, a visão da Estratégia clássica é nada mais do que uma metanarrativa que, de forma supostamente universal, explicaria todo o género de conflitos armados, com recurso às consagradas noções relativas às vantagens e desvantagens da geografia, do armamento e do número de homens sofrendo um processo de pós-modernização com o advento de factores exteriores ao conflito material, como a vertente comunicacional em rede, os ciberataques, as estratégias de lóbi e a pressão indirecta, com alcance global e

sem uma regra definida, em que o próprio direito internacional é colocado em causa, e que poderia configurar uma noção de pós-modernização do conflito.

Mas por que não assumir de forma declarada a condição pós-moderna do conflito? Primeiramente porque a noção de pós-modernidade é, essencialmente, de ruptura, de originalidade, de desterritorialização e os conflitos a que assistimos têm rostos, culturas e constituem frequentemente variantes locais e/ou modernas de tramas antigas e/ou universais. E porque, no limite, a noção de pós-modernismo no seu estado puro leva-nos quase a um niilismo de sentido no acontecimento. Ora, os agenciamentos discursivos, que geram os factos sociais, acontecem. E ainda que polémicas, as interpretações dos factos surgem, circulam, propagam-se e ganham massa crítica.

Nessa medida, devemos avançar apenas até uma noção de pós-modernização do conflito, da guerra, sem assumir mais compromissos, a bem da sobriedade e coerência da nossa análise.

Desta análise de âmbito epistemológico, deve fazer-se também uma derivação quanto ao âmbito geográfico. Enquadrada pela maioria dos investigadores como dentro das fronteiras dos conceitos nacionais e internacionais de defesa e segurança, externa e interna, do ponto de vista do Estado-nação, a Estratégia

«(T)em como objecto a conflitualidade hostil personificada por actores políticos internacionais, ainda que saibamos que no presente a diferenciação externo/interno relativamente às várias racionalidades sociais estratégicas tornou-se mais indefinida.» (Fernandes, *idem*:159).

Estas racionalidades sociais estratégicas, que geram fins próprios em face do conflito assente num reconhecimento ideológico de base, segundo o autor, podem, no nosso entender, ser o tipo de lógica que melhor reflecte a transversalidade de cada actor, nos planos nacional e internacional. Isto porque, todo e qualquer actor nacional é, também, em potência, internacional, no jogo geoestratégico global.

Alternativamente, a assunção destas racionalidades, e pensando especificamente no objecto de trabalho desta Dissertação, deve permitir considerar que os limites do Estado-nação, geralmente admitidos em muitos casos, como horizonte de análise para a acção política, tanto podem ser demasiado estreitos, para uma perspectiva internacional, como excessivamente vastos, enquanto molde, para a concepção de uma Estratégia de alguns actores políticos.

Para o Estado-Nação, e para um governo que gira os seus destinos, é adequada a subordinação dos objectivos estratégicos aos objectivos nacionais e políticos,

determinada por Ribeiro (2010:39), e tem um sentido profundo assente na manutenção da soberania nacional e da segurança.

Deriva daí a Pirâmide Estratégica que se lê na estratificação da Estratégia Nacional, em que convivem diversos níveis. No topo, situa-se a *Estratégia Integral* (segundo Poirier, 1982) ou *Total* (de acordo com Beaufre, 2004), que «abarca o estudo e a aplicação de todas as formas de coacção (política, económica, psicossocial e militar)» (Ribeiro, *idem*:77). Diversa da Estratégia Global, apenas ao alcance das superpotências, esta Estratégia tem como horizonte os limites do poder nacional, sendo subordinada ao governo, através do seu chefe e do ministério que tutela as pastas da Administração Interna/Interior e da Defesa, sendo dominada pelos fins, fundindo-se, de algum modo, com a Política.

Seguidamente, na hierarquia, encontram-se as *Estratégias Gerais*, que correspondem aos domínios particulares das formas de coacção política (clandestina/informal, no interior de cada agente) e diplomática (pública e declarada), económica, psicossocial e militar. Cada ramo do governo responsável por uma área específica interpreta e leva à prática, sob a supervisão do chefe de governo, as Estratégias Gerais, traduzidas em planos que, por sua vez, serão executados no terreno.

Como consequência da necessidade de materializar as medidas planeadas e idealizadas na Estratégia, surgem as *Estratégias Particulares*. Definem-se, no seu interior, objectivos particulares, e programas com eixos de acção e acções que os procuram concretizar. Estas Estratégias encontram-se distribuídas por vários organismos de competência limitada e especializada. Não obstante, a implementação deve assegurar a coordenação entre as Estratégias Particulares e a Estratégia Integral.

No que respeita aos ramos da Estratégia, estes articulam, como clarifica Ribeiro (*idem*:82), «as acções relativas ao emprego, à edificação e à disposição da força». A *Estratégia Genética* trata da criação e geração de meios a disponibilizar à *Estratégia Operacional* que se preocupa com o respectivo emprego, no que concerne às suas características e à capacidade de concretizarem os objectivos, servindo o conceito estratégico. A *Estratégia Estrutural*, por sua vez, dá conta da disposição dos meios, no que respeita à sua composição, organização e articulação.

A preocupação com uma descrição operativa de todas estas perspectivas sobre a Estratégia revela-se fundamental na hora de analisar os procedimentos de cada actor político, seja ele um indivíduo ou uma organização. No entanto, a perspectiva de uma noção de Estratégia Nacional, de algum modo defensora da ordem social vigente e, sobretudo, da ordem pública e da conservação do *statu quo*, apenas faz sentido quando

esta nasce do ponto de vista governamental e no quadro de um regime político comumente aceite.

Aos olhos de um actor contestatário do regime político vigente num Estado, tanto os conceitos de “nação” e “nacional” como o de “segurança” estão, em certa medida, sujeitos a um debate e a uma validação alternativos. Para um actor que se opõe a um governo, conceitos como a “Segurança Nacional” ou a “Ordem Pública” no país perdem relevância, ganhando maior importância noções como o alinhamento estratégico internacional entre actores políticos ou a segurança organizacional que a substitui, sendo aplicável à estrutura física e humana desse actor.

Deste ponto, partimos para a observação de como o nacionalismo deve ser estudado, neste trabalho, de uma forma crítica face à visão pós-moderna da Estratégia que o analisa.

Walker Connor (1980) distingue, oportunamente, duas acepções do termo *nacionalismo* geralmente usadas. Uma primeira, que corresponde ao sentimento de lealdade para com o Estado, e que é, na verdade, o *patriotismo*; outra, que assenta na lealdade para com a nação, o *etnonacionalismo*. A primeira acepção é geralmente associada ao processo estratégico de promoção do chamado “amor à pátria”, pelos poderes executivos, através dos meios oficiais. A segunda, por seu turno, assenta em algo que, embora conotado em alguns casos, com a ideia de etnia, de partilha biológica, deve ser antes encarada como «mito de partilha de uma origem comum», como salientou o sociólogo Max Weber (1968).

A noção de “comunidade imaginada”, termo cunhado pelo investigador Benedict Anderson (1983:6), é aplicável na perfeição ao contexto do nacionalismo e à ideia de “nação”: uma comunidade imaginada, porque muitos dos membros poderão nunca se encontrar, mas acreditam partilhar uma “herança” limitada, pois as suas fronteiras são comuns com outras nações, e soberanas, porque se consideram legítimas e dotadas de um “aparelho de poder”, possuindo, também elas, uma estratégia nacional para a nação que consideram ser legitimamente “sua”, mesmo que não detenham o poder executivo.

É nessa noção de legitimidade que se fundam e dignificam as estratégias etnonacionalistas, que, em muitos casos, pelo mundo, alimentam as revoluções de que trataremos mais à frente. Porém, todas as organizações partilham, nas suas estratégias, vários elementos essenciais, que analisamos de seguida.

#### 4. Da Existência de um Fenómeno Subversivo e Estratégia Nacional

Antes de passarmos a esta análise, importa notar que as ondas revolucionárias e contestatárias que deram corpo a uma espécie de fenómeno unitário chamado “Revoluções Coloridas” e, num outro momento, “Primavera Árabe”, foram movimentos tendencialmente representativos do fenómeno subversivo.

Segundo Sousa Lara (2011), este fenómeno corresponde ao

«Processo social conducente a uma ruptura, total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de actuações e pela incompatibilidade de projectos relativamente aos valores e ordem jurídica instituídos, com vista à substituição dessa ordem por outra.»

Nos casos em análise, tem-se por certo que a subversão é política, tendo por base um processo de mudança social que tem uma finalidade política e um universo político directamente visado.

Na presença de objectivos políticos incompatíveis e antagónicos entre si, os movimentos, que pretendem introduzir alterações aos regimes políticos vigentes, vêem-se obrigados, para alcançar os seus fins, a recorrer a estratégias necessariamente diversas daquelas que caracterizam o modelo *clauswitziano* de guerra, representando as já referidas “novas guerras”, conduzidas na base de uma concepção pós-moderna de Estratégia.

Neste contexto, e com base em Correia (2010), podemos relembrar a lógica que esteve na base da Revolução dos Assuntos Militares (RAM), e que evidenciou a teoria da interacção estratégica, cujo substrato teórico apresenta plena aplicabilidade aos fenómenos subversivos em apreciação.

Com efeito, é certo que os governos detêm o poder nacional e uma autoridade que os coloca numa posição de indiscutível supremacia relativamente a determinados actores contrários. De uma forma imediata, é conclusivo que as posições entre aqueles que pretendem “enfrentar” a ordem e os regimes políticos vigentes são tendencialmente dissimétricas, encontrando-se os governos em situação de tendencial supremacia. Como forma de inverter essa tendência dissimétrica, as unidades políticas não-estatais, que objectivam alterações ao regime político respectivo, optam pela utilização de forças e meios de coacção alternativos, capazes de os colocar num nível assimétrico com o governo, procurando atingir as suas vulnerabilidades através do confronto indirecto, com vista ao seu desgaste e progressiva descredibilização.

Este enquadramento representa aquele que foi designado como o grande paradoxo estratégico da RAM e que reflecte a actuação estratégica dos movimentos que deram origem às “Revoluções Coloridas” e à “Primavera Árabe”: com o domínio e o desenvolvimento das tecnologias, o “forte” cultiva a dissimetria, de forma a manter a sua supremacia. No entanto, o “fraco”, para poder fazer frente ao “forte”, procura formas de actuação assimétricas, que conduzam o “forte” a procurar equilibrar-se através da simetria, deixando a dissimetria, por essa via, de ter utilidade. Em suma, a teoria da interacção estratégica vem dizer que um confronto entre estratégias simétricas favorece o “forte”, enquanto um confronto entre Estratégias assimétricas favorece o “fraco”.

Compreende-se, assim, que esta é uma lógica que apresenta plena aplicabilidade aos fenómenos em estudo: de uma forma geral, estamos na presença de actores “fracos”, relativamente aos governos mais “fortes” que enfrentam, conscientes de que a única forma de saírem vitoriosos é evitando o confronto directo e, adoptando uma estratégia indirecta, capaz de atingir vulnerabilidades do regime político, até ao efeito moral decisivo pretendido. Esta consideração evidencia o carácter crescentemente subsidiário da força militar no âmbito estratégico, privilegiando-se as forças e os meios de coacção psicológicos, que enformam o carácter pós-moderno de Estratégia. Acresce, ainda, o facto de que, na subversão, a “simpatia” e a “cumplicidade” da população são cruciais para o seu sucesso, o que, de igual forma, nunca poderá ser alcançado pelo uso da força mas, unicamente, com recurso a uma manobra de acção psicológica.

Este tipo de actuações reflecte a adopção de um processo progressivo, irregular e incerto, apoiado nas tecnologias de informação e comunicação, aliadas a técnicas mais antigas de lassidão e assimetria, visando promover o enfraquecimento da ordem política vigente. O objectivo é conduzir o regime a uma situação de desgaste tal que acaba por resultar numa tomada de decisão de âmbito nacional total ou parcialmente conducente com os objectivos políticos defendidos, e que traduzem uma mudança político-social.

Confirma-se, por fim, que os tipos de subversão adoptados por muitos desses movimentos atestam o paradoxo da RAM, tendo conduzido a situações de vitória ou de desgaste acentuados, que obrigaram os governos a abdicar ou a ceder no que respeita à sua acção política. Atesta-se, desta forma, que «os actores fortes perdem os conflitos assimétricos quando adoptam a estratégia errada face aos seus adversários mais fracos» (Toft *apud* Garcia, 2007). Esta é uma afirmação que justifica os casos de sucesso de alguns dos movimentos subversivos verificados nas “Revoluções Coloridas” e na “Primavera Árabe”, ao mesmo tempo que, conjugada com a incerteza da actualidade, sublinha a importância dos governos adoptarem posições activas no que respeita às ameaças que este tipo de movimentos representa para a Segurança Nacional.

Sendo certo que a acção política, normativamente, se direcciona para o bem comum, materializado em objectivos nacionais traçados com base naquelas que são, em cada momento, as aspirações das populações, seus interesses e necessidades, a soberania relaciona-se estreitamente com a capacidade (meios e recursos) de um governo alcançar esses objectivos nacionais, ou seja, com o poder nacional. Por sua vez, a razão de ser do Estado, no âmbito daquela que é a sua concepção moderna, encontra-se relacionada com a teoria dos fins do Estado, que, sucintamente, aponta a segurança, a justiça e o bem-estar material e espiritual como os grandes fins últimos ou teleológicos do Estado. Desta forma, qualquer ameaça à Segurança Nacional acaba por encontrar reflexo na forma como os governos têm cumprido essas finalidades últimas, na medida em que os objectivos subversivos têm por centro de gravidade a população e erguem-se da exploração de tensões e problemáticas tendentes ao descontentamento popular.

Para tanto, os governos que encabeçam os poderes nacionais que são dessa forma ameaçados, vêem-se obrigados a adoptar uma Estratégia que seja eficiente e eficaz quanto aos objectivos políticos que se pretendem alcançar, e que nestas situações se encontram relacionados com a Segurança, no sentido de preservação da ordem jurídica instituída e das instituições que a compõem.

Assim, têm de adoptar uma Estratégia que, por um lado, se apoie em técnicas contra-subversivas mas, por outro e porque o centro de gravidade em questão é a população, promova o ajustamento necessário ao nível da forma como aqueles objectivos últimos têm sido concretizados junto desta, erradicando os motivos de descontentamento. Da análise dos movimentos que conduziram às “Revoluções Coloridas” e à “Primavera Árabe”, e perante a reacção dos respectivos regimes, nota-se uma tendência, ou para a adopção de manobras contra-subversivas puras, ou para a realização de cedências às exigências propugnadas pelos movimentos para a população.

## **5. O Processo Estratégico: um Olhar de Relance Sobre os Elementos Essenciais**

A visão da Estratégia enquanto processo «destinado a proporcionar a adaptação permanente a condições e circunstâncias em constante modificação, num mundo onde predomina o acaso, a incerteza e a ambiguidade», como explica Ribeiro (2010:33) coloca-a num patamar em que importa, independentemente de quem a mobiliza, conhecer a sua natureza básica, e, desse ponto, a sua tradução em acção.

Tanto Ribeiro (2010) como Beaufre (2004) distinguem alguns elementos essenciais da Estratégia: os *meios de coacção*, como sendo os recursos próprios e contrários; o

*meio*, isto é, os aspectos geográficos, históricos, políticos, económicos e tecnológicos; e o *tempo*, ou seja, o momento, a duração e o ritmo da acção.

Embora diferenciados, os processos estratégicos podem ser agrupados em duas grandes classes: *processos conjuntivos* e *disjuntivos*. Os *processos conjuntivos* são caracterizados por situações políticas em que evoluem relações de cooperação, de acomodação e de assimilação (Fernandes *apud* Ribeiro, *idem*), onde os actores, dando continuidade às relações de aliança que os unem, perseguem objectivos convergentes, procurando obter vantagens mútuas, através do uso da persuasão. Os *processos disjuntivos* materializam relações de conflito, de oposição e de competição, entre actores contrários ou contendores, com interesses divergentes, que perseguem objectivos diversos e, por vezes, opostos, através da coacção, criando problemas entre si. Esta breve sistematização, que comprime a catalogação efectuada por Ribeiro (*idem*:33) em termos muito simples, permite enquadrar as duas grandes linhas de acção, a aplicar mais tarde ao objecto de trabalho. Mas não apenas destas dinâmicas vive o processo estratégico.

Como outros aspectos essenciais da Estratégia, distingue-se, na análise de ambos os autores, a importância do plano estratégico, que, sem que tal se deva confundir com a Estratégia, é a transposição para o campo da teoria dessa mesma abstracção e, na prática, dos modelos estratégicos ou modalidades de acção e das manobras. Beaufre (*idem*:39) sublinha a natureza dialéctica do plano, na medida em que deve conter as acções planeadas e prever as reacções, podendo revestir um cariz internacional ou nacional, moral, político, económico ou militar.

Quanto às formas de acção (Ribeiro, 2010:208) devem distinguir-se duas grandes formas: as *pacíficas* e *não pacíficas*, podendo estas revestir a forma de actos de comunicação ou manifestações de força.

Para abordar, de forma simples e pragmática, os modelos de acção estratégica, Beaufre (*idem*:40-41) resume-os em cinco grandes tipos: a *ameaça directa*, a *pressão indirecta*, a *luta prolongada de fraca intensidade militar* ou *lassidão*, as *acções sucessivas* e o *conflito violento visando a vitória militar*. Resumem-se, seguidamente, as principais características de cada um.

A *ameaça directa* consiste, no essencial, na ameaça de emprego de meios poderosos (como armas nucleares), quando deles se dispõe, sendo que a sua simples comunicação pode levar o adversário a aceitar as condições que se lhe querem impor ou renunciar às suas pretensões, conduzindo à decisão pretendida.

A *pressão indirecta* é própria de quem não dispõe ou não pretende fazer uso de meios poderosos, deparando-se com um reduzido grau de liberdade de acção, manifestando-se através de acções de natureza política, diplomática ou económica.

Por seu turno, o modelo de *luta prolongada de fraca intensidade militar*, ou *lassidão*, é característico de uma escassez de meios num cenário de grande liberdade de acção. O desgaste moral e psicológico do adversário é o grande objectivo, e a exigência de níveis anímicos elevados, para quem a pratica, é grande. É especialmente adequado ao confronto com adversários desproporcionadamente maiores ou mais pequenos (em especial, os primeiros).

Já as *acções sucessivas* também são adequadas a uma situação de reduzido grau de liberdade de acção, baseando-se em meios escassos e obtendo várias vitórias sequenciais mais modestas, em especial, quando quem as utiliza é defensivamente forte.

Finalmente, o *conflito violento, visando a vitória militar*, centra-se na ambição de vitória após um conflito de curta duração, com o emprego intensivo de meios.

Subsequentes a estas modalidades, devemos compreender a existência de duas grandes tipologias estratégicas: a *directa*, a que se associam os modelos de ameaça directa, luta prolongada de fraca intensidade militar e de conflito violento, visando a vitória militar; e a *indirecta*, a que correspondem a pressão indirecta, a luta prolongada de fraca intensidade e as acções sucessivas.

Da presente revisão de literatura, concentrada, essencialmente, em definir conceitos e em desenhar uma primeira tipologia modelar estratégica, pode parecer ressaltar uma síntese acentuada, bem como uma aparente indefinição quanto aos campos em que actua a Estratégia. Porém, é propositada essa abstracção histórica e a síntese efectuada. Estas prendem-se, em particular, com o objecto do trabalho, eminentemente prático e, por isso, carente de instrumentos de trabalho de aplicação simples, e, por outro lado, da necessidade de abordar, no passo que se segue, uma perspectiva histórica e epistemológica sobre a disciplina. No entanto, nos capítulos seguintes, toda a vertente mais prática da Estratégia, aplicada ao objecto de estudo, será devidamente detalhada e desenvolvida.

## **CAPÍTULO II – “REVOLUÇÕES COLORIDAS” E “PRIMAVERAS ÁRABES”**

Num mundo polarizado pelas superpotências e pelas suas estratégias de interacção com os restantes países, onde cada passo é milimetricamente pensado e onde as relações diplomáticas assumem um carácter decisivo, são desenvolvidas inúmeras acções, cujos únicos fitos são a manutenção da estabilidade e o desenvolvimento consubstanciado e firme das mesmas. É porém, essencial, olhar para a realidade contrária: a dos países que, não beneficiando do estatuto de potência ou da sua estabilidade e desenvolvimento, representam importantes actores na senda internacional e nas relações económicas.

Foram exactamente estes países, casulos de convulsões sociais e de uma estabilidade trémula e frágil, que, nos últimos anos, foram palco de manifestações de grande dimensão, muitas delas com consequências sangrentas, e, em alguns casos, de revoluções na verdadeira acepção da palavra. As populações, pretendendo fazer-se ouvir e mostrar ao mundo o seu descontentamento e a opressão de que eram alvo, desafiaram poderes políticos instalados há largos anos, tendo, em muitos casos, obtido os seus intentos e derrubado regimes que eram considerados como intransponíveis.

A descrição, necessariamente resumida e cronológica, dos eventos ocorridos em diversas partes do mundo, inicia-se com a apresentação das chamadas “Revoluções Coloridas” e, depois, de um conjunto de situações que, englobadas habitualmente nessa categoria, não constituíram, verdadeiramente, “Revoluções Coloridas” com real propriedade, mas sim “pretensões” a essa qualificação. Por fim, serão relatadas situações ocorridas em países da “Primavera Árabe”.

Os relatos dos acontecimentos são muito sucintos, e, embora consultadas, não serão discriminadas, individualmente, as fontes dos factos relatados, por questões relacionadas com a facilidade da leitura, remetendo-se para a secção dedicada às notícias, nas Referências Bibliográficas desta Dissertação.

### **1. “Revoluções Coloridas”**

A expressão “Revoluções Coloridas” encontra a sua origem no facto de muitas das revoluções ocorridas no seio de alguns países integrantes da Comunidade dos Países Independentes (CEI) e anteriormente pertencentes à União Soviética terem adoptado uma cor ou uma flor como símbolo da sua mobilização. Estas Revoluções têm como características essenciais a manifestação maciça das populações, organizada

inicialmente pelas suas camadas mais jovens, o recurso à não-violência e a utilização de meios imediatos para a introdução das mudanças políticas pretendidas.

A Revolução Bulldozer teve como palco a República da Sérvia (doravante, Sérvia) e iniciou-se em 2000, culminando com a queda do Governo de Slobodan Milošević, no poder há 13 anos, opressor da população e da oposição. A revolta teve origem na não-aceitação do resultado das eleições de Setembro de 2000 por Milošević, tendo a revolta se iniciado a 5 de Outubro do mesmo ano, com o ataque de uma escavadora ao prédio da Rádio e Televisão Nacional, símbolo do seu poder. Milošević acabou por ser derrubado e a presidência da Sérvia foi ocupada pelo líder da oposição, Vojislav Kostunica. Em consequência, a União Europeia retirou as sanções económicas que tinha aplicado ao país.

Na República da Geórgia (abreviadamente, Geórgia), deu-se a Revolução das Rosas, considerada a primeira verdadeira “Revolução Colorida”, na sequência das eleições de Novembro de 2003, com a invasão do parlamento pelos partidos da oposição e a entrega de rosas ao Presidente Eduard Shevardnadze, levando-o a deixar aquela câmara e a renunciar. Este foi substituído pelo líder da oposição, Mikhail Saakashvili, nas eleições que se seguiram, a 4 de Janeiro de 2004.

Entre 2004 e 2005, a República da Ucrânia (doravante, Ucrânia) foi palco da Revolução Laranja, que teve origem nas eleições presidenciais de 2004, alegadamente manipuladas a favor de Viktor Yanukovich. As manifestações pugnavam contra a corrupção, a intimidação por votos e a fraude eleitoral e motivaram a anulação daquele momento eleitoral e a realização de segundas eleições, tendo saído vitorioso Viktor Yushchenko, líder da oposição.

Fechando o leque das “Revoluções Coloridas”, está a Revolução das Túlipas ou Revolução Cor-de-Rosa, na República Quirguiz (abreviadamente, Quirguistão), em Fevereiro de 2005. Na sequência das eleições parlamentares, perante o descontentamento da população e na sequência da convocação de dois fóruns políticos pelo Governo e pela oposição, que acabaram por degenerar em confrontos entre os manifestantes, a polícia e o exército, com mortos e feridos, e na ocupação do parlamento e da Casa do Governo, anunciou-se, de seguida, a dissolução do parlamento e a entrada em funções de um Governo provisório.

## **2. Pretensas “Revoluções Coloridas”**

As pretensas “Revoluções Coloridas” são assim denominadas por existirem grandes diferenças quanto às características originais das “Revoluções Coloridas” propriamente

ditas, apesar de com estas estarem temporalmente relacionadas, tendo, também, na sua génese, o descontentamento popular, o que, em muitos casos, levou a mudanças políticas.

Na República do Iraque (doravante, Iraque), a Revolução Púrpura/Roxa levou ao fim do regime de Saddam Hussein, tendo os EUA invadido este país e auxiliado os opositores do regime no caminho para o seu fim. Em Janeiro de 2005, realizaram-se eleições legislativas para a eleição de um governo transitório, com o objectivo de criar uma constituição permanente.

Na República do Líbano (abreviadamente, Líbano), entre Fevereiro e Abril de 2005, teve lugar a Revolução dos Cedros, motivada pelo assassinato do líder da oposição Rafik Hariri. As exigências da população eram, entre outras, a retirada das forças armadas sírias do país, a criação de um governo que não estivesse sob a sua influência e a convocação de eleições parlamentares livres. Em consequência, as forças sírias abandonaram o país e o governo foi destituído.

No Estado do Kuwait (abreviadamente, Kuwait), em Março de 2005, deu-se a Revolução Azul cuja principal reivindicação foi o direito de sufrágio feminino, reivindicação essa que foi concedida e efectivada nas eleições parlamentares de 2007.

### **3. Revoltas da “Primavera Árabe”**

A “Primavera Árabe” teve início com as sangrentas manifestações ocorridas na República da Tunísia (doravante, Tunísia), em 2010, apelidadas de Revolução Jasmim. Apesar das tentativas do Presidente do país, Zine al-Abidine Ben Ali, de serenar as populações, o mesmo acabou por ser derrubado no dia 14 de Janeiro de 2011, tendo o poder sido assumido por um governo interino. No final de Outubro de 2012, realizaram-se as primeiras eleições livres desde a independência do país, tendo saído vencedor o partido islamita Ennahda.

Em Janeiro de 2011, e na sequência da Revolução Jasmim, iniciou-se, na República Árabe do Egipto (abreviadamente, Egipto), uma vaga de protestos contra o Presidente Mohammed Hosni Mubarak, exigindo-se a sua saída, o fim da ditadura e a instauração da democracia no país. Em Fevereiro de 2011, Mubarak renunciou ao poder, tendo-o transferido para uma Junta Militar, o que não impediu que as manifestações continuassem até à realização das primeiras eleições presidenciais em Maio e Junho de 2012 e que culminaram com a eleição de Mohamed Morsi. Actualmente, e mais de um ano depois das eleições, as manifestações contra Morsi e o apoio internacional à sua contestação ditaram a queda do seu regime e um clima de indefinição, bem como à

perseguição à Irmandade Muçulmana, partido maioritário que integrava o Governo de coligação de Morsi, tendo os seus apoiantes e defensores sido afastados.

Na República Democrática e Popular da Argélia (abreviadamente, Argélia), em Janeiro de 2011, tiveram lugar várias manifestações consideradas ilegais devido à vigência, no país, do estado de emergência desde 1992. O Governo, numa actuação rápida, conteve os protestos e aceitou algumas das reivindicações dos manifestantes, nomeadamente, o fim daquele estado e a promessa de novas reformas. Apesar destas promessas, as manifestações, realizadas de forma irregular desde Janeiro de 2011, continuam a assolar o país devido à implementação duvidosa de um processo de entrega de casas, ao aumento do desemprego e aos problemas ao nível do seu desenvolvimento.

Outro dos países alvo de manifestações e revoltas inspiradas nos acontecimentos ocorridos na Tunísia foi a República Árabe da Síria (abreviadamente, Síria) que, desde Janeiro de 2011, primeiro com protestos espontâneos e a partir de Março desse ano com manifestações sangrentas, é palco de graves revoltas onde se reivindica o fim do estado de emergência, em vigor desde 1963, e a renúncia do Presidente Bashar Hafez Al-Asad. Em resposta, e iniciando-se assim uma sangrenta guerra civil, Bashar Al-Asad tem reprimido os manifestantes, considerados rebeldes, agora auxiliados pela oposição e por militantes do Hezbollah, através de acções militares terrestres e aéreas de bombardeamento, levadas a cabo pelo seu exército, nas zonas ocupadas, tendo já conseguido recuperar algum território. Milhares de mortos, a maior parte deles civis, feridos, refugiados, exilados e deslocados na República da Turquia (doravante, Turquia), no Reino Hachemita da Jordânia (abreviadamente, Jordânia), no Líbano e no Egipto, bem como um país em ruínas, sem serviços, com milhões de dólares de prejuízo, com inúmeras sanções internacionais aplicadas e com uma população fraca e pobre, são os resultados de mais de dois anos de guerra. Actualmente, o país encontra-se à beira de ser objecto de uma intervenção militar internacional liderada pelos EUA.

Na Grande República Popular Socialista da Líbia (abreviadamente, Líbia), as manifestações iniciadas em Fevereiro de 2011, contra o Governo e o seu Presidente Coronel Muammar Kadhafi, no poder desde 1969, foram violentamente reprimidas, levando a uma guerra civil entre rebeldes, apoiados por potências mundiais, e mercenários e um exército pró-regime. Num desses violentos combates, Kadhafi acabou por ser morto na sua cidade natal, Sirte, em 20 de Outubro de 2011, realizando-se, seguidamente, as primeiras eleições livres em 60 anos. Foi eleito Mohammed Magarief, opositor do ex-Presidente, como Presidente do parlamento líbio e também Presidente interino do país. As suas missões mais prementes foram nomear um Primeiro-Ministro e organizar as eleições legislativas.

A República do Líbano (abreviadamente, Líbano) foi outro dos países onde milhares de manifestantes saíram à rua, a partir de Fevereiro de 2011, para pedir a renúncia do Presidente Ali Abdullah Saleh, no poder há 33 anos. Depois de algumas manifestações sangrentas, em Novembro de 2011, o Presidente assinou o Plano do Conselho de Cooperação do Golfo para a Transição Política, transferindo os seus poderes para o Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi que, nas eleições presidenciais de Fevereiro de 2012, foi democraticamente eleito.

Outro dos países palco de manifestações foi o Reino do Bahrein (doravante Bahrein) cujas reivindicações iniciais se prendem com a exigência de uma maior liberdade política e igualdade efectiva entre a população de origem maioritária xiita e a dinastia sunita, no poder. Rapidamente as manifestações evoluíram para a exigência da queda da monarquia liderada pelo Rei Hamad Bin Isa al-Khalifa e para a adopção de um regime parlamentarista. As manifestações foram reprimidas mas, desde então, o país vive momentos tensos com confrontos entre oposição e governo. No início de 2013, foram, por fim, encetadas negociações entre as partes, no sentido de analisar posições e de chegar a um consenso que ponha termo às dissidências ainda existentes.

Por fim, referimos a Turquia cujos protestos tiveram início no fim de Maio de 2013, sendo os mais violentos registados nos últimos anos. As manifestações, inicialmente pacíficas, foram despoletadas pela repressão da polícia a uma manifestação pacífica de ambientalistas aquando do arrancamento de árvores do Parque Gezi, na Praça Taksim, em Istambul, no âmbito de um processo de requalificação daquela área. Neste seguimento, os protestos estenderam-se às quatro mais importantes cidades do país, reunindo multidões contra o actual governo liderado pelo Primeiro-Ministro Tayyip Erdogan e o seu autoritarismo e conservadorismo religioso. A acrescer, as restrições apertadas quanto à venda de álcool, os avisos contra a manifestação pública de afectos e a possibilidade de o país ser arrastado para o conflito na Síria, fizeram aumentar o descontentamento da população. Como resposta, estas manifestações têm sido violentamente reprimidas pela polícia, sendo que os protestos permanecem actualmente.

Esta é, de forma resumida, a descrição das revoluções do século XXI, todas elas com o denominador comum de serem justificadas pelo descontentamento, maior ou menor, das populações e pela resposta mais ou menos enérgica e estratégica dos respectivos governos. As manifestações integradas na chamada “Primavera Árabe” têm por características a existência de conflitos armados, muitas vezes substancialmente mortíferos, como na Síria, e a instabilidade social e política que se segue, tendo em alguns casos, como no Egipto, continuado ou ressurgido após os momentos eleitorais propugnados pelas populações.

## CAPÍTULO III – POSIÇÃO DOS ACTORES INTERVENIENTES NOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

### 1. A Perspectiva Estratégica dos Contendores dos Estados Alvo dos Movimentos Revolucionários

Desde o Capítulo dedicado à pós-modernização da Estratégia que esta Dissertação procura posicionar-se num ponto de aceitação parcial da pós-modernização abraçando, em simultâneo, uma crítica moderna de um eventual juízo negativo sobre a mesma. O abandono de uma concepção estritamente bélica e o movimento de progressiva expansão do âmbito dos trabalhos dos estrategistas, nos Estados-nação e nas organizações, devem ser encarados de forma equidistante e científica, ao que acresce a nova concepção dos actores políticos organizacionais revolucionários como relevantes *players* internacionais, o abandono do monopólio da Estratégia Nacional pelo Estado e uma segunda vaga de tendências mediáticas na expressão das revoluções em causa.

Ao analisar a perspectiva estratégica dos contendores dos governos alvo das “ondas revolucionárias” em estudo, está a reconhecer-se, em primeiro lugar, a legitimidade estratégica da sua existência e, secundariamente, o interesse em conhecer a sua dinâmica de acção. No entanto, como tratamos de diferentes cenários internacionais, de enorme riqueza, mas trabalhamos com a exiguidade de informação interna do país e a natural limitação de espaço que a um ensaio desta natureza convém, agruparemos em três segmentos os fenómenos revolucionários em causa, aplicando-lhes, depois, a grelha de estratégia concebida por Ribeiro e por Beaufre mas apenas nos seus aspectos mais superficiais, relativos aos objectivos, meios, plano estratégico e manobras.

Como primeiro segmento, analisaremos os contendores dos vários regimes em que ocorreram as pretensas “Revoluções Coloridas”: Iraque, Líbano e Kuwait. Nestes casos, a própria utilização do termo revolução é algo questionável, mesmo quando se utiliza a grelha conceptual elaborada por Tanter e Midlarsky (1967) para as analisar. Pela fraca mobilização popular e reduzidas alterações nas estruturas de poder e social a que conduziram, as três poderiam ser consideradas golpes reformistas. O Iraque, pela sua particularidade violenta, afastou-se um pouco do padrão. Nos três casos (pelas matrizes de Ribeiro e Beaufre), os objectivos passavam pela mudança de líder/regime, saída das tropas sírias do Líbano e voto feminino, sendo objectivos claros e com uma concretização pautada por diferentes níveis de dificuldade. Porém, se os meios, nos casos do Líbano e do Kuwait, eram escassos e a estratégia indirecta, de lassidão, foi a utilizada, já no caso do Iraque, podemos referir a existência de uma estratégia directa, de agressão, com o

auxílio das tropas internacionais, nomeadamente, dos EUA, que invadiram o país em 2003, associada a uma manobra psicológica de descredibilização do regime, através da difusão de rumores sobre a alegada posse de armas de destruição maciça, que se revelou ser falsa.

Pela sua riqueza, e como segundo segmento, as “Revoluções Coloridas” consideradas “legítimas”, que ocorreram no Leste europeu, merecem um estudo mais aprofundado. Do ponto de vista político e económico, os paralelismos são evidentes. A Sérvia, a Geórgia, a Ucrânia e o Quirguistão são Estados-nação que estiveram sob a égide de regimes caracterizados por uma elevada concentração do poder, no caso do primeiro, sob a égide da Jugoslávia e, nos restantes, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo-se libertado na década de 90 do século XX. Teve, então, início, uma guerra fratricida entre a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina e a Croácia, num cenário macroeconómico desfavorável (Bartlett, 2008), com uma economia essencialmente agrícola e subdesenvolvida. No caso das restantes nações, estas tinham encontrado novos regimes autoritários (liderados por Askar Akayev, no Quirguistão, e Eduard Shevardnadze, na Geórgia) ou um regime de aparência democrática apoiado pela minoria russófona do país (na Ucrânia). Em todos estes casos, pode afirmar-se a existência de um apoio tácito e/ou explícito dos EUA à mudança de regime, através de acções militares (Sérvia) ou de apoio formativo e logístico aos revolucionários (nos restantes casos). Em todos estes, os objectivos dos contendores passavam pela mudança de regime e os meios à sua disposição baseavam-se nos meios de comunicação interna e internacional, na manifestação pública de repúdio pelos regimes em vigor e num forte respaldo financeiro, oriundo dos EUA.

Nesse cenário, a estratégia de lassidão, complementada por acções de efeito psicológico, inspiradas nas técnicas de desobediência civil, criadas por Gene Sharp (1983), foi a opção mais utilizada, tendo no caso particular da Sérvia sido adicionada à estratégia indirecta, a directa, com luta armada, apoiada mais uma vez pelos EUA. A espiral do silêncio (Griffin, s/d) explodiu sob uma chuva de protestos, previamente encenados e preparados através de consultoria especializada (como o CANVAS – Centro para Acções e Estratégias Não-Violentas Aplicadas) que indignou a opinião pública mundial relativamente aos regimes, beneficiando, além disso, do beneplácito de instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (doravante, NATO) e a Organização das Nações Unidas (abreviadamente, ONU). Para reforçar tudo isto, note-se o recurso frequente aos meios audiovisuais, a eventos, e à opção pontual pela publicação de conteúdos na *Internet*.

O perfil dos elementos da sociedade civil, ao contrário dos organizadores das pretensas “Revoluções Coloridas”, era mais uniforme: jovens, abastados, educados no Ocidente ou em algumas das melhores escolas nacionais, com acesso a contactos externos e a meios de comunicação eficazes. Politicamente, eram motivados pela vontade de libertar o país e influenciados por uma geração que, de algum modo, já se tinha libertado de uma autocracia anterior, sob o jugo jugoslavo ou soviético.

O terceiro e último segmento de análise é o da “Primavera Árabe”. Embora ocorrendo em países diferentes, foi notória a existência de uma certa homogeneidade. Em primeiro lugar, na maior parte dos países em que ocorreu, o objectivo era claro – depor os regimes em vigor, geralmente laicos e autocráticos, implantar regimes democráticos, de inspiração islamita moderada ou ocidental. Os meios ao dispor dos contendores, na maioria dos casos, eram escassos, como evidencia o seu perfil: menos de 30 anos de idade, educação secundária ou superior, interesse pela política e pelos destinos dos respectivos países, acesso a informação à escala global, nomeadamente, proveniente da *Internet* e das redes sociais (AAVV, 2011, Khoury, 2011), mas escassos fundos. Porém, mais uma vez, outros auxiliares poderão, especula-se, ter fornecido ajuda. A título de exemplo veja-se George Galloway, activista escocês, que chegou a ser deputado pelo Partido Trabalhista no parlamento britânico, tendo sido, mais tarde, o fundador do partido *Respect*, alinhado à esquerda. No vídeo *George Galloway on the Arab Spring*<sup>1</sup>, o activista reconhece, em *Oxford Union*, a sua associação às revoluções egípcia e tunisina, do lado dos revolucionários vencedores, enquanto conselheiro, criticando, no entanto, as ambições franco-britânicas de invasão na Síria, ainda que apoiando uma revolução.

As estratégias adoptadas, como nos casos anteriores, foram as estratégias indirectas, de lassidão e de natureza psicológica, por vezes com o apoio de organismos religiosos, de consultores, mas sempre causando um impacto forte na opinião pública internacional, através da divulgação de imagens e da boa coordenação ao nível da comunicação interna. E, embora existam correntes teóricas que defendam a preponderância das redes sociais como cavalo de batalha dos revolucionários, outras elegem-nos, apenas, como meios de comunicação capilares, eficazes no seu apoio às operações (AAVV, 2011) e publicação de conteúdos na *Internet*, capazes de trabalhar e de mobilizar a opinião pública internacional em favor da causa dos revolucionários. Em suma, as redes sociais não “construíram” revoluções, tendo, não obstante, desempenhado a função de “cimento” entre os protagonistas e de “pintura” na comunicação externa dos acontecimentos.

---

<sup>1</sup> Cf. “George Galloway on the Arab Spring”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=1VRIDWT19O4>

Em face da repressão policial e militar de que foram sendo alvo, os contendores optaram, na maior parte dos casos, por uma mescla de contramanobras externas e internas (Beaufre, 2004:134-135), a nível da manipulação psicológica do moral dos seus adversários internos e externos, valorizando a força dos números que representavam.

No final desta resumida exposição, assume importância a apresentação da taxonomia elaborada por Eric Hoffer (1951:40) sobre os militantes e fanáticos políticos e religiosos, que, em última análise e de forma aparente, impulsionam o início destes movimentos de contestação. Escreve o autor que:

«Embora os descontentes sejam de todas as condições, encontram-se com mais frequência nas seguintes categorias: (a) pobres, (b) inadaptados, (c) marginais, (d) minorias, (e) adolescentes, (f) ambiciosos (quer enfrentem obstáculos intransponíveis, quer oportunidades ilimitadas), (g) os que padecem de um vício ou de uma obsessão, (h) os impotentes (do corpo e da mente), (i) os incrivelmente egoístas, (j) os entediados, (k) os pecadores.»

Sem entrar na descrição detalhada de cada perfil, parece que as minorias, os pobres, os adolescentes e os inadaptados constituiriam a maior parte da massa, quer das “Revoluções Coloridas”, quer das “Primaveras Árabes”. «(É) expectável que os menos e mais bem-sucedidos de uma minoria desejosa de assimilação devam ser os mais receptivos ao apelo de um movimento de massas proselitista» (*Idem*, 66), escreve Hoffer. Por outro lado, os pobres subdivididos entre “novos pobres” (deserdados de regimes anteriores), pobres abjectos (de origem), pobres criativos (oportunistas) e pobres unificados (formando grupos organizados), os adolescentes e os inadaptados, subdivididos em temporários – «gente que ainda não encontrou o seu lugar na vida mas que espera encontrá-lo. Adolescentes, licenciados desempregados, veteranos de guerra, novos e imigrantes e afins (...)» (*idem*, 41-62 *en passant*), constituem precisamente o cerne das revoluções que tratamos nesta Dissertação.

E, à semelhança do que foi referido no Capítulo dedicado à pós-modernização da Estratégia (Capítulo I), verifica-se um aumento do apoio por parte dos cidadãos aos movimentos revolucionários quando, por via da sua visibilidade mediática, estes conseguem quebrar a espiral do silêncio e, tal como no modelo apresentado por Kuran (1989), se torna reputacionalmente mais proveitoso seguir o movimento revolucionário, antes diminuto, cuja ideologia coincide com as preferências privadas dos cidadãos, do que o governo vigente, muitas vezes apoiado publicamente por aqueles que o criticam em privado.

Se observarmos, *en passant*, os três tipos de fenómeno subversivo, ou antes, em alguns casos, para-subversivo, à luz de um modelo de análise tridimensional como do de Adriano Moreira (2012), em que a grelha de análise abrange três elementos – a forma de poder, a sua sede e a ideologia – encontramos elementos comuns para uma breve sistematização.

Desse modo, poderíamos, a talhe de foice considerar os seguintes aspectos:

- a) Forma de poder: uma constituição (republicana ou monárquica) promotora de um regime monista, portanto sem alternância democrática ou uma constituição pluralista, cuja interpretação pelos órgãos executivos levou a um regime sem alternância;
- b) A sede do poder: em geral, os órgãos executivos, com organismos parlamentares incipientes, *de jure* ou *de facto*;
- c) A ideologia: geralmente esbatida, na sua fase terminal, mas de inspiração “não-alinhada” com os poderes ocidentais, apoiada por uma ou outra potência global e centrada num importante culto ao chefe, ou em alguns casos, um culto religioso mesclado com o primeiro.

Após a manifestação dos poderes subversivos e a tentativa de tomada do poder, assistiu-se a uma manutenção de todos os itens, com ténues reformas, no caso das pretensas “Revoluções Coloridas”. No caso das “Primaveras Árabes”, a aparência de pluralismo, expressa na constituição e no governo (forma), não impediu que a sede de poder passasse de um governante para um directório, tendencialmente pluralista mas com vícios antigos, incapaz de operar reformas profundas. A ideologia, essa sofreu uma reorientação pró-ocidental, mas de inspiração islamita muito forte, no caso das “Primaveras Árabes”. No caso das “Revoluções Coloridas”, a ideologia pró-ocidente passou a dominar, mas a prazo, com o regresso de uma linha “não alinhada” ou pró-russa ao fim de alguns anos.

## **2. A Perspectiva Estratégica dos Estados Alvo dos Movimentos Revolucionários**

Dos vencidos nem sempre se conta a história, segundo se popularizou na historiografia clássica. A presente Dissertação, porém, não esquece a estratégia dos governantes que, no caso das revoluções que se referem neste trabalho, acabaram por ser depostos. Todavia, confere-lhes a dimensão que teve nos casos em apreço.

Regressando à taxonomia que seleccionámos, é invariável a opção dos executivos pela estratégia directa de intervenção, através da mobilização das forças militares e de segurança. Sendo os detalhes das operações demasiado complexos para este fórum, deve ficar na retina a opção pela mobilização dos meios de comunicação estatais, numa estratégia indirecta de pendor psicológico, que visa depreciar o movimento revolucionário e desacreditar internamente os manifestantes, fazendo uso, em alguns casos, como nos da Síria ou da Líbia, das ligações a actores internacionais de dimensão global, como a China ou a Rússia.

A natureza sucinta desta abordagem prende-se muito com a exiguidade de âmbito das soluções encontradas, sempre violentas e com recurso a uma repressão dura. E, num curioso paralelismo histórico, aconteceu naquelas paragens do Leste da Europa e nos países árabes do Mediterrâneo, algo semelhante ao que cinco séculos antes afectara os príncipes de Itália, como relata Maquiavel (1996:116):

«E se se considerar aqueles senhores que em Itália perderam o Estado (...) ver-se-á que algum deles, ou terá tido os povos por inimigos ou, tendo o povo pelo seu lado, não terá sabido assegurar-se contra os grandes (...)».

E por um momento, a aparência cíclica da História regressa...

### **3. A Comunidade Internacional**

No quadro de uma perspectiva geoestratégica global, não é possível escamotear o papel de enorme relevância que os actores internacionais, em particular, as superpotências, representam no teatro estratégico da subversão, no plano dos regimes com potencial para “Revoluções Coloridas”, “Primaveras Árabes” ou profundas alterações da estrutura política e social a elas análogas.

Como escreve o investigador Bear Braumoeller (2008:1) «as Grandes Potências são estados cujos interesses e capacidade se estendem além da sua vizinhança. Mais do que outros estados, estes modelam e respondem à estrutura do sistema internacional». Cada estado possui uma *mundivisão*, a partir da qual estabelece estratégias e objectivos estratégicos. Da fricção e do conflito de interesses podem nascer, então, confrontos, de natureza militar, diplomática e económica.

O cenário geoestratégico da Guerra Fria, baseado em “jogos de soma zero” em várias localizações estratégicas do mundo, no quadro de um equilíbrio do poder militar entre os EUA e a URSS, foi substituído pela onda securitária pós-11 de Setembro. Os EUA tomaram, no início de 2001, a liderança unipolar dos destinos do mundo, abrindo

aquela a que Loureiro dos Santos (2003:86-87) chamou a “Idade Imperial” e que ficou conhecida como “Nova Ordem Mundial”. Esse comportamento deu origem a várias acções militares, em cenários como a República Islâmica do Afeganistão, o Iraque e intervenções pontuais noutros cenários militares justificadas pela “Guerra ao Terror”.

Desde 2001, sob a égide do então Presidente George W. Bush, que aquele país intensificou a sua política intervencionista, ampliando a sua interpretação do papel de “polícia do mundo” iniciado com Bill Clinton. A eleição de Barack Obama, em 2006, levou a um refreamento da política intervencionista, que se reflectiu na retirada de tropas de vários cenários militares e na opção progressiva pelo *soft power* enquanto opção estratégica, isto é, de acordo com a taxonomia elaborada por Ribeiro (2010), pelas estratégias indirectas, em complemento da acção directa, especificamente, através de acções sucessivas em cenários de guerra.

No caso dos movimentos revolucionários em análise nesta Dissertação, verificou-se uma alternância entre as estratégias directas, de acções sucessivas, e as indirectas, de cariz psicológico. Os EUA protagonizaram uma série de intervenções militares, integradas na NATO e em nome próprio, das quais fazem parte países como a Sérvia (2000) e o Iraque (2003) mas, também, intervenções indirectas. Entre estas encontram-se o financiamento de movimentos cívicos, como sejam o Conselho Nacional de Transição, na Líbia, em 2011, através do apoio com armamento e operações de inteligência, à oposição e às forças da NATO, o financiamento do partido da oposição CANVAS, na Sérvia, em 2000, ou o “Kmara”, na Geórgia, em 2012, através da promoção de operações de propaganda e activismo político.

Mais recentemente, no caso da Síria e no cenário de contestação internacional a Bashar Al-Hassad, os EUA dirigiram à Rússia uma ameaça velada, ao decidirem bombardear posições no território sírio, onde se encontravam tropas sírias e russas<sup>2</sup>. E, também nos tempos hodiernos, o aviso ao próprio Presidente egípcio, Mohammad Morsi, entretanto deposto, mas apoiado inicialmente pelos EUA e eleito pelo seu povo, para sair do poder em face das recentes manifestações, as maiores desde a “Primavera” e de um golpe de estado.

Esta agenda de acção convive, ainda, com a componente de pressão diplomática. Em particular, note-se a existência de programas como o IMET – *International Military Education and Training*<sup>3</sup>, que foi implementado na Tunísia, Egipto, Argélia, Bahrein,

---

<sup>2</sup> Cf. Gearan, 2013.

<sup>3</sup> Cf. “International Military Education and Training Account Summary”. Disponível em: <http://www.state.gov/t/pm/ppa/sat/c14562.htm>

Líbano, Reino de Marrocos, Estado do Qatar, Reino da Arábia Saudita, Jordânia, Sultanato de Omã, vários dos países onde ocorreram as “Primaveras Árabes” e as “Revoluções Coloridas”, além de outros como a República Islâmica do Paquistão e o Afeganistão, visando treinar as tropas nacionais daqueles Estados de acordo com a metodologia norte-americana.

Do lado da China, outra grande potência, é clara a opção pelo *soft power*, enraizada na tradição milenar da diplomacia económica daquele país, sendo adepta de uma estratégia de *coexistência* (Odgaard, 2013:7) que passa pela alteração do contexto de outros países sem alterar a ordem mundial. A China oferece «parcerias estratégicas adicionais ou alternativas ao sistema de alianças dos EUA», pelo que «as potências pequenas ou secundárias podem alinhar com ambos, sem escolher um lado (Odgaard, *idem*:8)». Evocando a classificação estratégica de Beaufre, esta seria uma clara estratégia indirecta, combinando manobras externas, de índole psicológica, lassidão e contramanobras externas, que exploram os pontos fracos do adversário (rigidez doutrinária e uniformismo ideológico).

Quanto aos cenários de revolução, depois de evitar qualquer intervenção nas “Revoluções Coloridas”, foi nas “Primaveras Árabes” que a China colheu importantes lições para a sua política de não intervenção. Lin (2013:44) dá conta do desaire e das vitórias chinesas: primeiro, na Líbia, onde o Conselho Nacional de Transição Líbio, movimento revolucionário vitorioso, reprovou a abstenção histórica, em 1973, no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o regime de Kaddafi. Tal resultou em ameaças que levaram à evacuação de 36.000 chineses e a perdas de 20 mil milhões de dólares em investimentos. No caso das restantes revoluções, tudo foi diferente: a cooperação com o Egipto, a nível económico e militar, desde 2002, manteve-se independentemente da revolução, permanecendo até hoje, tendo sido enviadas delegações diplomáticas seniores em Fevereiro de 2012 para a Síria, Egipto, Arábia Saudita, Qatar, República Islâmica do Irão, Jordânia, Estado de Israel e Estado da Palestina, durante a “Primavera Árabe”. Além disso, foram estacionados, nesse momento, navios de guerra chineses e russos no Mediterrâneo, numa demonstração simbólica de força.

A Rússia, potência derrotada da Guerra Fria, passou de uma opção pelas acções directas de intervenção militar, em especial acções sucessivas, para uma mescla entre acções militares pontuais no espaço que pertenceu à URSS e num ou outro país da sua esfera de influência ideológica, privilegiando, no essencial, as estratégias indirectas de cariz psicológico.

O seu percurso tem-se saldado por intervenções diplomáticas musculadas, como o veto à intervenção da ONU no Kosovo (2000), o apoio à independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, face à Geórgia, e da Transnístria, face à República da Moldávia, em 2008, contra a Geórgia, cujas eleições em 2012 apoiou através de um oligarca russo da sua confiança. No caso da Ucrânia, e favorecendo a comunidade russófona daquele país, a Rússia apoiou, contra a Revolução Laranja, o governo de Viktor Yanukovich, na resistência aos resultados eleitorais alcançados por Viktor Yushchenko, em 2002, apoiando o regresso de Yanukovich e ignorando diplomaticamente a prisão da sua principal adversária, nas eleições de 2012, a antiga aliada de Yushchenko, Yulia Timochenko.<sup>4</sup>

No que concerne ao caso da “Primavera Árabe”, a Rússia encarou com apreensão cada uma das intervenções militares protagonizadas por membros da NATO, ou pela organização enquanto um todo, na Síria e na Líbia, países com quem desenvolvia importantes relações de cooperação, antes das respectivas revoluções. Recentemente, regista-se uma derrota ainda relacionada com a “Primavera Árabe”, presente na retirada de tropas do território sírio, de bases temporárias, sob a ameaça norte-americana de bombardear aquela região.

No caso da UE, desde 2001 que esta se tem afirmado como potência diplomática, embora não uma verdadeira «superpotência» no sentido habitual do termo, dotada de uma estratégia indirecta, de lassidão e de operações psicológicas, assente numa forte componente de *multilateralismo*, que, de resto, foi sublinhada no próprio Tratado de Lisboa, assinado em 2009, e que definiu um novo modelo diplomático e económico para a União. Segundo Scott (2013:34) «a Europa constitui uma nova forma de poder. Uma força permanente a nível global. Um promotor do multilateralismo, da legalidade internacional e da justiça». A UE constitui, de algum modo aquilo que, na década de 80 do século XX, o investigador britânico Hedley Bull chamou uma forma de “poder cívico” ou, nos termos de Ian Manners (2002) um “poder normativo”, e que conflui para a noção

---

<sup>4</sup> No momento de revisão desta Dissertação, é necessário deixar uma nota sobre os desenvolvimentos na Ucrânia. A contestação a Yanukovich, vencedor eleito das presidenciais de 2012, em virtude da sua aproximação à Rússia e ao afastamento da União Europeia, levou à configuração de um clima de pré-guerra civil, à deposição do presidente e à constituição de um governo que alia movimentos europeístas e de extrema-direita, apoiados pela União Europeia e pelos EUA. Daqui resultou a invasão da província da Crimeia pela Rússia em nome de uma alegada ameaça às populações russófonas, a realização de um referendo visando a anexação da região pela Rússia, em que o “sim” venceu com mais de 90% dos votos e a uma batalha diplomática, envolvendo sanções, entre a Rússia, beneficiária da anexação e os EUA e UE que não reconhecem os resultados do referendo.

deste tipo de poder ideológico como característico das situações de conflito, como analisa Galtung (1969).

Na abordagem à “Primavera Árabe”, pode dizer-se, durante os seus primeiros sete meses, após o início da revolução na Tunísia, «a UE revelou-se claramente como um actor e um espectador, em simultâneo, ao recorrer ao activismo e pessimismo de uma forma aparentemente errática» (Schumacher, 2011:108). A doutrina europeia, em face da “Primavera Árabe”, foi a chamada “mais por mais” – quanto mais reformas fossem efectuadas pelos governos árabes, mais apoio poderiam esperar da UE.

Como medida generalizada para todos os países, a UE criou a *Civil Society Neighbourhood Facility*, destinada a «financiar e desenvolver a capacidade das organizações oriundas da sociedade civil, no planeamento da política doméstica e (incrementar) a sua capacidade para monitorizar as reformas e participar efectivamente nos debates». Esta estrutura associou à “Política de Vizinhança Europeia” e à “Política Europeia para o Mediterrâneo”, programas que tinham na República Francesa (doravante, França) uma grande entusiasta e se destinavam a estreitar, no plano diplomático, os laços entre a UE e estes países, a nível económico e social, com programas à medida das necessidades de cada Estado. A par disto, foi desenvolvido o *Deep and Comprehensive Free Trade Agreement (DCFTA)*, destinado a incentivar o livre comércio com a Tunísia, Marrocos, Egipto e Jordânia (Balfour, 2011:21).

Em Maio de 2011, a UE emitiu uma Comunicação Conjunta<sup>5</sup> que insiste na necessidade de esta intensificar a cooperação, nos campos político e de segurança, com os seus vizinhos, no sentido de resolver conflitos, no âmbito da NEP (*European Neighbourhood Policy*).

Em Fevereiro de 2013, a UE efectuou o balanço de dois anos de intervenção<sup>6</sup>. Nesse documento, foi realçado o seu apoio à promoção das instituições democráticas, investimento e crescimento, mas com uma nota de preocupação em face das guerras civis em curso, e em resultado da polarização entre forças seculares e islamitas e entre os novos governos e as minorias sexuais, religiosas e as crianças. De entre os contributos para a paz e o desenvolvimento, a UE destacou o apoio fornecido para a realização de actos eleitorais, com missões de observadores na Tunísia, Argélia e Jordânia, e o auxílio na organização dos pleitos na Tunísia, na Líbia, no Egipto e em Marrocos, ao que acresce a promoção do papel da sociedade civil, através da *Civil*

---

<sup>5</sup> “*Joint Communication To The European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions*” (2011).

<sup>6</sup> «*EU’s response to the “Arab Spring”: the State-of-Play after Two Years*»; A 70/13, Março de 2013.

*Society Facility* e da *European Endowment for Democracy*, uma instituição com funções de apoio a movimentos sociais emergentes na linha das promovidas pelos norte-americanos (sensibilização e financiamento de ONGs e activistas), o DCFTA, atrás referido, a constituição de *task forces* temáticas para apoiar o investimento das instituições europeias nos países em causa, a libertação de fundos para o Egipto, Marrocos, Tunísia e Jordânia, através do programa SPRING (*Support for Partnership, Reforms and Inclusive Growth*), e da UfM – *Union for the Mediterranean*.

Recentemente, a UE refreou ligeiramente o seu ímpeto diplomático, ao debater-se com problemas económico-financeiros internos, com vários Estados-membros, como as Repúblicas Portuguesa (doravante, Portugal), Helénica (abreviadamente, Grécia), da Irlanda ou de Chipre, a enfrentarem crises de confiança nos mercados financeiros, tendo recebido, inclusivamente, apoios do Fundo de Estabilidade Europeu e do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>7</sup>.

De entre os países europeus, no respeitante às “Primaveras Árabes”, a França merece uma nota particular, na medida em que alinou, durante as crises líbia e egípcia, com os regimes cessantes, tendo apenas, aquando da deposição de Mubarak, no Egipto, em Fevereiro de 2011, tecido duras críticas ao regime líbio, então dirigido por Kadhafi, e defendido uma intervenção militar conjunta com os EUA, no âmbito da NATO, para “proteger os civis líbios”.<sup>8</sup>

No que respeita à Síria, a posição gaulesa foi, inicialmente, alinhada com a da Rússia, em defesa de al-Hassad face aos protestos, e apenas após a resposta violenta do regime e a criação de um cenário de guerra civil, os franceses avançaram para o apoio directo aos rebeldes do Exército Livre Sírio, nomeadamente, a milícia Liwa al-Tawhid, através de financiamento para a compra de armamento e munições<sup>9</sup>, e elaborando conteúdos mediáticos favoráveis à mudança política na região.

Já anteriormente, em face das “Revoluções Coloridas”, a reacção europeia foi algo inconstante. Do apoio e envio de militares para a Sérvia e para o Kosovo, no âmbito da força KFOR da NATO, ao mero apoio diplomático e logístico (com observadores), aos actos eleitorais ucraniano e georgiano, a UE teve, em termos gerais, uma atitude essencialmente diplomática.

---

<sup>7</sup> A este propósito, uma leitura do ensaio de Buti e Carnot (2012) sobre a onda de austeridade económico-financeira permite ter uma panorâmica da crise que assolou a UE nos últimos anos.

<sup>8</sup> Mikail, Barah (2011:1).

<sup>9</sup> “*France funding Syrian rebels in new push to oust Assad*”.

#### 4. Avaliação dos Resultados das “Revoluções Coloridas” e das “Primaveras Árabes”

Observar os acontecimentos, descrevê-los, complementando-os com documentação, é uma tarefa própria do analista, que apenas se concretiza na sua plenitude, quando daí se extraem resultados práticos. No particular caso dos movimentos revolucionários em apreciação, são pouco definidos os contornos das soluções políticas encontradas, mesmo volvidos dois anos após alguns dos acontecimentos.

No caso das “Revoluções Coloridas”, parecem durar as democracias. Ucrânia e Geórgia voltaram, em 2012, a organizar actos eleitorais. No caso da primeira, Yanukovich regressou ao poder, por sufrágio popular sendo que após críticas, acabou por cair, lançando o país o clima de pré-guerra civil de importantíssimas implicações geoestratégicas em que se encontra (*vide supra*, p. 40, nota 4), debaixo dos olhares do mundo; no segundo caso, foi eleito um governo que, actualmente, também contestado, sendo, igualmente, seguido pela comunidade internacional.

Sobre as “Primaveras Árabes”, é mais difusa a impressão. A dominância dos movimentos islamitas nos novos governos eleitos, alguns entretanto caídos em desgraça, a manutenção de problemas estruturais e a contestação nas ruas, em alguns destes países, continuam. Os mais recentes exemplos foram os supracitados casos da Síria, em plena guerra civil, e do Egipto, onde o governo da Irmandade Muçulmana, liderado pelo aparentemente consensual Morsi, acabou por capitular, sendo detidos, nas ruas, os militantes da sua força partidária.

Henry Kissinger, conselheiro para a política estrangeira de todos os presidentes dos EUA, de Eisenhower a Gerald Ford, sendo o Secretário de Estado deste país, escrevia no jornal *International Herald Tribune*, em Abril de 2012<sup>10</sup>, que, no contexto da “Primavera Árabe”, «as forças tradicionais fundamentalistas, reforçadas pela aliança com os revolucionários radicais, ameaçam dominar o processo enquanto os elementos ligados às redes sociais que talharam o início da revolução são marginalizados».

No mesmo sentido, António Luvualu de Carvalho (2013), investigador angolano, sublinha como a Tunísia, o Egipto, a Líbia, a Síria e o Iémen sofrem uma deterioração do ambiente revolucionário e pró-democrático, com uma forte instabilidade política, e a actual exigência, por parte do povo, da demissão de governos provenientes da “Primavera Árabe”. O especialista George Engdahl (2011), cuja intervenção é retratada no vídeo *Pentagon created Arab Spring over decade ago*<sup>11</sup>, é outro dos críticos da

---

<sup>10</sup> Kissinger, Henry (2012).

<sup>11</sup> Para consultar o vídeo, visionar o conteúdo em <http://www.youtube.com/watch?v=P1eu7F7m0nl>.

“Primavera Árabe”, salientando a desorganização e a violência permanentes nestes países.

No fundo, o consenso idealista destas revoluções ficou, de algum modo, por atender, face à ironia do retorno de (velhos) novos poderes, que cruzam a religião e as tradições políticas ancestrais. As “Revoluções Coloridas” e as “Primaveras Árabes” podem ter perdido alguma da sua cor, vendo as suas flores murchar. Mas poderá o seu exemplo servir de inspiração a outras nações, nomeadamente, em África?

## **CAPÍTULO IV – O CASO ANGOLANO**

### **1. A Posição Geopolítica da República de Angola**

A República de Angola detém uma posição geopolítica privilegiada no quadro do continente africano, assim como no ambiente geopolítico global. Esta é susceptível de um duplo ângulo de análise: a apreciação económica e a apreciação política e diplomática.

Da perspectiva económica, evidencia-se o vasto potencial ao nível de recursos naturais, uma larga área de terreno fértil – no Vale do Rio Kwanza e no Planalto Central, recursos petrolíferos, diamantíferos, florestais, ferro, manganês, cobre, ouro e mármore. Terceira maior produtora continental de diamantes, maior produtora de ferro e manganês, sendo a segunda maior de petróleo, apenas perdendo para a Nigéria, a economia angolana tem vindo a procurar uma diversificação produtiva para lá do petróleo. Não obstante, a verdade é que o trabalho até agora desenvolvido leva a que a *Economist Intelligence Unit*<sup>12</sup> preveja a República de Angola como a maior economia africana em 2016, à frente da África do Sul<sup>13</sup>.

O Programa de Reconstrução Nacional, que enquadrou grande parte do esforço político do Governo desde 2002, levou à construção de vias rodoviárias e ferroviárias, de infra-estruturas governamentais e sociais, implicando a importação de materiais e equipamentos, a dinamização do transporte interno de mercadorias e da exportação através do Porto de Luanda. Os investimentos na economia permitiram que o PIB crescesse a um ritmo estimado de 7,9% em 2012, contra os 3,9% em 2011, prevendo-se um crescimento de 8,2%, em 2013.

Da perspectiva política e diplomática, a posição geográfica da República de Angola no continente africano, com uma vasta costa atlântica e fronteiras com importantes

---

<sup>12</sup> Cf. Perfil completo em <http://country.eiu.com/Angola>.

<sup>13</sup> Cf. <http://p3.publico.pt/actualidade/economia/3634/angola-sera-maior-economia-africana-ja-em-2016>.

países da África Subsariana, potencia as vantagens económicas e tem, de algum modo, favorecido o seu desenvolvimento enquanto *shatterbelt*, termo cunhado para designar áreas charneira, que representam zonas de quebra e/ou descontinuidade face a regularidades. No caso da República de Angola, em face dos acontecimentos da Primavera Árabe e de outros países do centro do continente, esta representa uma fronteira e zona de estabilidade de enorme relevância para toda a África Austral. De algum modo até, a instabilidade vivida em países como a Guiné-Bissau, a República Centro-Africana, o Sudão, o Sudão do Sul e os seus vizinhos Congo Democrático e República Democrática reforçam essa condição de força política geradora de estabilidade, onde cabe também a participação em forças de manutenção de paz.

Razão adicional para a provável transformação da República de Angola em maior potência regional é o seu poderio militar. O crescimento do seu contingente militar<sup>14</sup>, o investimento substancial na aquisição de equipamentos modernos, a sua influência na política e na governação do país e a sua intervenção ao nível da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), da CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e da União Africana (UA) têm contribuído para esse posicionamento.

Do ponto de vista político e diplomático, a República de Angola também tem conhecido importantes desenvolvimentos. A esse propósito, passamos em breve revista as relações estabelecidas com as Repúblicas Democrática do Congo, do Congo, do Zimbabwe, da Costa do Marfim e da África do Sul.

Com os congolezes, as relações diplomáticas são marcadas pela temática da segurança. Este país invadiu a República de Angola durante a Guerra Civil, tendo apoiado a Frente Nacional de Libertação de Angola (abreviadamente FNLA). Em 1977, a República de Angola apoiou a oposição contra o Governo em funções e em 1997 interveio neste país apoiando, também, a oposição. Desde então, o país realizou várias operações militares na República Democrática do Congo. Devido às inúmeras convulsões sociais neste país, a República de Angola tem sido o destino de milhares de imigrantes ilegais, que são repatriados nos termos da lei. Pode falar-se de uma relação moldada pelos processos disjuntivos e por uma cooperação esporádica (Ribeiro, 2010).

Quanto à República do Congo, a República de Angola atribui-lhe grande importância, em nome de relações de amizade forjadas desde a Guerra Colonial e a Guerra Civil,

---

<sup>14</sup> De acordo com o relatório “*Angola – Assessing Risks to Stability*” do *Center For Security Studies* (Vines, Weimer, 2011), as forças armadas da República de Angola ascendiam aos 107.000 efectivos, um dos maiores contingentes de África.

quando aquele país apoiou, de forma muito relevante, o Movimento Popular de Libertação de Angola (abreviadamente, MPLA), à excepção de um momento em que a República do Congo apoiou a União Nacional para a Independência Total de Angola (doravante, UNITA), e o MPLA ajudou a derrubar o Governo em funções à data. Uma combinação de processos disjuntivos e conjuntivos, com maior peso para os segundos.

A República do Zimbabwe é outro dos países com o qual a República de Angola mantém óptimas relações de cooperação mútua, evidenciando-se o apoio, desta última, em acções político-diplomáticas consequentes e claras, no que respeita à manutenção no poder do governo do Zimbabwe.

No caso da República da Costa do Marfim, após a eleição presidencial de 2010, a República de Angola forneceu apoio político, fundos e recursos humanos na formação das forças estatais afectas a Laurent Gbagbo, Presidente deposto em 2011. As relações eram de cooperação. Actualmente, e com a saída forçada do anterior governo, as relações institucionais entre os dois países são algo tensas, podendo consubstanciar-se, ocasionalmente, relações de oposição entre ambos, registando-se, no entanto, sinais ainda ténues no sentido do desanuviamento da situação.

Finalmente, a República da África do Sul é uma potência regional africana, tendo importantes investimentos realizados na República de Angola nas áreas mineira, financeira e da construção civil. Aquando da Guerra Civil, a África do Sul *africander* apoiou a UNITA, passando, em 1994, a apoiar o Governo. Após a eleição de Jacob Zuma, em 2009, este Presidente encetou esforços no sentido do melhoramento das relações institucionais entre os dois países, com o objectivo de eliminar as instáveis relações herdadas da governação de Thabo Mbeki. Entre a República de Angola e a da África do Sul desenvolveram-se, no passado, e agora com nova roupagem, relações de cooperação.

No que concerne às organizações supra-estatais da SADC, da CEEAC e da UA, a República de Angola tem vindo a desempenhar um papel de relevo na resolução pacífica de conflitos, na reconciliação e na manutenção da paz e da estabilidade no continente africano. Especificamente quanto à UA, a República de Angola tem ajudado à sua afirmação, contribuindo com a sua experiência para o desenvolvimento da missão e dos objectivos desta instituição. Já no que concerne à SADC, a mesma tem desenvolvido esforços no sentido da pacificação do continente africano e da estabilização dos seus regimes, potenciando a integração económica regional da África Austral.

Dentro destas entidades supra-estatais, como refere Ribeiro (2010:203),

«(...) (O)s actores mantêm uma espécie de acordo de trabalho mínimo, que permite a continuação das acções dos intervenientes nessa relação internacional, mesmo quando não estão de acordo entre si, viabilizando, assim, a consecução, através da acção e da abstenção do outro.».

Analisados os relacionamentos da República de Angola com os principais vizinhos e organizações continentais, é o momento de observar as relações com outros países do globo: Portugal, China, EUA e República Federativa do Brasil (abreviadamente, Brasil).

No que respeita a Portugal, pode afirmar-se que a nação lusa, após o reconhecimento da independência angolana e de ter, de forma incipiente, ajudado no processo de transição de poder, tem mantido relações institucionais cordiais com a República de Angola. Na sua última entrevista televisiva à cadeia portuguesa de televisão SIC (transmitida a 6 de Junho de 2013), o Presidente da República de Angola, que é o Titular do Poder Executivo, Eng.º José Eduardo dos Santos, admitiu que existem alguns problemas, muito localizados e incapazes de influenciar a actual relação bilateral.

A República de Angola e Portugal têm uma relação de cooperação, tendo realizado investimentos em áreas-chave das respectivas economias e partilhado importantes fluxos migratórios bidireccionais. A República de Angola tem vindo a procurar reverter a sua balança comercial negativa face a Portugal, com vultuosos e recentes investimentos de aquisição de posições em empresas portuguesas. Portugal tem procurado exportar *know-how* e recursos humanos e a República de Angola tem procurado vencer ligeiras desconfianças que subsistem, a nível económico e cultural, perante o receio luso de uma tentativa de dominação angolana, pela via económica.

Olhando para as relações sino-angolanas, deve recordar-se que a China é um dos financiadores de longa data da Reconstrução Nacional angolana, e várias são as empresas chinesas de construção civil envolvidas na economia angolana, acompanhadas por grandes fluxos e acordos diplomáticos em matéria de migrações. De notar, também, que a República de Angola é o maior fornecedor de petróleo da nação chinesa, sendo as relações comerciais entre os dois países muito relevantes para a suas economias. A cooperação e a acomodação são as relações dominantes.

Sobre os EUA, note-se que este país só reconheceu o Governo e a independência angolanos em 1993, tendo, durante a Guerra Civil, apoiado quer o MPLA quer a UNITA. Porém, ao contrário do que o reconhecimento tardio faria prever, os EUA sempre adquiriram petróleo à República de Angola. Sendo as relações económicas preponderantes, e não estando muito desenvolvidas as relações institucionais, pode dizer-se que se desenvolvem relações de cooperação.

Finalmente, refira-se o Brasil, primeiro país a reconhecer a República de Angola após a declaração formal da independência a 11 de Novembro de 1975. As relações institucionais entre o Brasil e a República de Angola intensificaram-se em 2002 com a chegada da paz, tendo sido realizados, pelo primeiro, investimentos de monta, nomeadamente, nos sectores da energia, obras públicas, petróleo, minérios e imobiliário. O Brasil tem, ainda, sido bastante relevante na formação de quadros angolanos. As relações desenvolvidas são de sólida cooperação entre os dois países.

## **2. Caracterização do Estado Angolano**

Neste ponto da Dissertação, chega o momento de analisar o panorama estratégico respeitante à República de Angola. Com a contribuição da dilucidação conceptual anteriormente efectuada, dos casos de estudo fornecidos pelas “Revoluções Coloridas” e “Primaveras Árabes” e o enquadramento das superpotências globais e das nações com as quais a República de Angola desenvolve relações mais estreitas, ficam reunidas as condições para uma observação e aferição informadas dos factos.

Se antes foi feita uma análise da posição geoestratégica da República de Angola, importa agora estudar mais de perto a organização do Estado e a actual configuração política. Só após esse ponto, poderemos, finalmente, realizar a análise estratégica *pura*, à semelhança do que efectuámos nos Capítulos dedicados aos fenómenos internacionais.

### **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – SÉCULOS XX E XXI**

A República de Angola tornou-se um Estado independente, como já se indicou, a 11 de Novembro de 1975, deixando o estatuto de Colónia ultramarina portuguesa, no contexto de uma guerra que a opôs ao país colonizador e que conheceu o seu fim mais rapidamente após a Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs termo ao regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, e mais tarde, por Marcello Caetano, em Portugal.

Após a independência, dado o desacordo constante e insolúvel entre os partidos políticos sobre o poder e a governação do país, estalou uma guerra civil, combatida em estilo de guerrilha, que assolou o país durante 27 anos. Durante este conflito, tal como na Guerra Colonial, os EUA e a URSS esgrimiram forças, apoiando, respectivamente, a UNITA e o Governo emanado do MPLA. Entretanto, tiveram lugar eleições em 1992, mas a não-aceitação, pela UNITA, da vitória do MPLA, nem a respectiva formação de

Governo, prolongaram o conflito. O fim da Guerra Civil angolana ficou marcado pela assinatura, em 4 de Abril de 2002, do Memorando de Entendimento de Luena, entre as forças da UNITA e o Governo.

Nesse momento, a República de Angola passou por um período charneira, no qual a união e cooperação entre governantes e governados, entre facções políticas divergentes e mesmo entre grupos regionais e étnicos, foram fundamentais para o futuro. Destas dependeria, grandemente, o sucesso da economia e a devolução às populações da estabilidade que lhes havia sido usurpada.

## **A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA REPÚBLICA DE ANGOLA**

Após vários anos de trabalho pelos responsáveis políticos do país, nasceu, a 21 de Janeiro de 2010, a actual Constituição da República de Angola, pedra angular da organização do Estado. A alteração profunda que o diploma introduziu reflecte-se em todo o equilíbrio existente entre os poderes legislativo, executivo e judicial.

Os “Órgãos de Soberania” consagrados no n.º 1, do Artigo 105.º, da Lei Fundamental Angolana, são três: Presidente da República, Assembleia Nacional e Tribunais, consubstanciando, assim, o princípio da separação de poderes, em que o Estado Democrático tem a sua âncora e do qual não pode prescindir sob pena de ficar descaracterizado, e de os três poderes não serem independentes nem imparciais. Contudo, uma análise detalhada de cada um revela idiosincrasias que moldam a mudança acima referida, face ao *standard* internacional.

### **Poder Executivo**

O poder executivo é exercido, na República de Angola, pelo Governo, encabeçado pelo Presidente da República, que acumula as funções de Chefe de Estado, de Titular do Poder Executivo e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, como estabelecido nos Artigos 108.º e seguintes da Constituição.

Uma análise do Capítulo II da Constituição, Capítulo reservado ao Poder Executivo, revela a proeminência funcional do Presidente da República, estando a sua centralidade no sistema político bem expressa na acumulação de funções apresentada, sendo que as suas duas últimas secções estão reservadas aos “Órgãos Auxiliares do Presidente da República” (Secção V) e aos “Actos, Incompatibilidades e Responsabilidade dos Ministros de Estado, Ministros, Secretários de Estado e Vice-Ministros” (Secção VI). A epígrafe da Secção V é bastante significativa ao caracterizar o Conselho de Ministros (e,

necessariamente, os Ministros de Estado, Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado), o Conselho da República e o Conselho de Segurança Nacional, como órgãos auxiliares do Presidente, devendo prestar-lhe apoio na sua actividade e no desempenho das suas funções. Como consequência expectável, a sua actividade e o desempenho das suas funções são orientadas pelo Presidente. Refira-se que o Governo e, portanto, as entidades acima enunciadas, não são considerados como órgãos de soberania, ao contrário do que estava previsto na Lei Constitucional de 1992<sup>15</sup>.

## **Poder Legislativo**

Na República de Angola, o poder legislativo é da competência da Assembleia Nacional (cf. Artigo 141.º), composta pelos Deputados eleitos no âmbito das eleições gerais (cf. Artigo 142.º), sendo um órgão de soberania unicameral, representativo de todo o povo angolano e que exprime a sua vontade soberana. Porém, este poder não é exercido de forma directa, mas indirecta e deliberativa, através dos partidos políticos, do direito de sufrágio e do mandato representativo (Machado e Costa, 2011:250).

Na Assembleia Nacional encontram-se, actualmente, representados cinco partidos políticos, na sequência das Eleições Gerais de 2012. O MPLA, partido que apoia o Chefe de Estado, obteve 71,84% dos votos e tem maioria absoluta num parlamento onde também legislam as bancadas da UNITA, que obteve 18,66% dos votos e 32 deputados, a CASA-CE, que conseguiu 6% e 8 deputados, o PRS, que com 1,70% elegeu 3 deputados, e a FNLA, que reuniu 1,13% dos votos, elegendo 2 deputados.

A Assembleia Nacional tem competências de legislação no domínio da sua organização interna (cf. Artigo 160.º) e no domínio político e legislativo (cfr. Artigo 161.º), salientando-se as competências para aprovação de alterações à Constituição, de legislação sobre todas as matérias, à excepção das reservadas de forma exclusiva ao Presidente da República, e das de aprovação do Orçamento Geral do Estado. Esta Assembleia tem, ainda, competências no domínio do controlo e da fiscalização, evidenciando-se, para o objecto da presente Dissertação, a sua competência para analisar e discutir a aplicação da declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência (cf. Artigo 162.º, alínea c).

A actividade legislativa, como se poderá depreender, é caracterizada pela estabilidade e por um apoio consistente às políticas governamentais, em virtude da maioria absoluta de apoio ao Executivo.

---

<sup>15</sup> Artigo 53.º, n.º 1, da Constituição da República de Angola – Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro.

## **Poder Judicial**

O poder judicial, terceiro poder que caracteriza qualquer Estado e, em concreto, o Estado Angolano, está previsto nos Artigos 174.º e seguintes da Lei Fundamental. Os tribunais têm competência para administrar a justiça em nome do povo (cf. n.º 1), dirimindo conflitos de interesse público ou privado, assegurando a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, o princípio do acusatório e do contraditório, e reprimindo as violações da legalidade democrática (cf. n.º 2).

No exercício das suas competências, em prol da resiliência do Estado Democrático e em sua defesa, e estando constitucionalmente consagrado, os tribunais são independentes e imparciais, respondendo apenas perante a Constituição e a Lei (cf. Artigo 175.º). «Interpretando esta norma no contexto mais vasto dos princípios constitucionalmente estruturantes, pode dizer-se que os tribunais desempenham uma importantíssima função democrática, de Estado de Direito e de direitos fundamentais» (Machado e Costa. 2011:257). A independência dos tribunais encontra-se patente no diploma e é formalmente garantida pela letra da lei.

Analisados os três poderes constitutivos do Estado Angolano, verifica-se que, apesar da sua clara e inquestionável divisão, se optou por um modelo onde coabita uma exclusividade legislativa sobre algumas matérias, em relação à Assembleia Nacional, e que, esta última, é caracterizada, naturalmente, na actualidade, por uma relativa consensualidade ao nível do debate político que, por um lado, confere uma maior representatividade e legitimação popular e parlamentar às políticas do Governo, mas, por outro, poderá causar algum sentimento de erosão moral no trabalho parlamentar da oposição, compreensível, dada a sua reduzida representatividade.

### **3. A Actual Política do Executivo**

Da breve análise da Constituição do Estado Angolano, tornou-se evidente a existência de um enquadramento potenciador de sucesso, no plano teórico, das políticas governamentais. Porém, é altura de efectuar, no campo da prática, a abordagem casuística e concreta do enquadramento estratégico nacional que está em causa na acção governativa do Executivo, ou seja, na definição da política estadual e nas subpolíticas que nela se integram e que definem o rumo a dar ao país e ao seu povo.

Tendo presente a consecução daqueles que são os objectivos teleológicos do Estado, melhor concretizados nas Tarefas Fundamentais do Estado consagradas no

Artigo 21.º da Constituição, reveste um carácter crucial, assumindo-se, segundo a classificação de Beaufre (2004:45), como a já referida *Estratégia Total* do Poder Executivo, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND). Plano este que dá corpo a um novo sistema de planeamento na República de Angola, que influencia, na tradição dos planos quinquenais, mas com novas ambições, o planeamento e a orçamentação do Estado a médio prazo.

Com o referido Plano de Desenvolvimento, prevê-se que o Titular do Poder Executivo, coadjuvado pelos restantes membros do Governo, implemente uma política inovadora e actualizada, originada pela observação detalhada da realidade fáctica e que tem por objectivo a apresentação de soluções e de medidas adequadas à resolução dos problemas actuais ou, consoante o caso, ao melhoramento de soluções já existentes.

### **Plano Nacional de Desenvolvimento**

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, adoptado no âmbito da nova Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, aprovada pela Lei n.º 1/2011, de 14 de Janeiro, insere-se na Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, e pretende lançar os meios a médio prazo para que a citada Estratégia seja exequível e possa ser levada a bom porto.

Sendo a República de Angola um país rico em recursos naturais, com enorme potencial em matérias-primas, depreende-se do espírito do documento a vontade de utilizar estes meios materiais e económicos para promover o crescimento económico do país. Para tal, no entanto, é importante que sejam criadas condições, investindo-se quer nos recursos materiais, quer no capital humano, com a aposta na alfabetização e na escolarização das populações e, em especial, dos jovens, aumentando-se, assim, a sua qualificação técnico-profissional e formando-se quadros nacionais de relevo. Não obstante o apelo ao investimento estrangeiro e à imigração de pessoal qualificado, é muito importante, ainda que o seu peso deva ser equilibrado com o dinamismo interno.

O PND 2013-2017, enquanto Estratégia Total do Estado, de forma englobada e integrada, lança as bases e define, de modo abstracto e geral, as políticas a adoptar no sentido anteriormente descrito<sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> in “*Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND)*”, Dezembro de 2012. Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, disponível em:

[http://www.repcomang.ch/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=24%3Ainvestir&Itemid=37&lang=pt](http://www.repcomang.ch/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=24%3Ainvestir&Itemid=37&lang=pt).

«Estabilidade, Crescimento e Emprego» constitui a ideia-força do PND 2013-2017. Sem Estabilidade, não só Económica, mas também Política, Social e Institucional, não haverá Crescimento Económico Sustentado e sem este não existirá Emprego. Sem Emprego, não existirá Riqueza e Rendimento e não se consegue combater a pobreza e melhorar as condições de vida da População».

Assim se podem ler, na Introdução do referido Plano, os objectivos concretos e sintéticos do Executivo, objectivos esses que mais não são do que a explanação da Estratégia a seguir no sentido da estabilização social do país e da construção da confiança nas entidades governativas.

As Grandes Orientações para o Desenvolvimento de Angola estabelecidas na Estratégia Nacional “Angola 2025”, também esta reveladora, embora a longo prazo, da Estratégia Total do país e que confere enquadramento ao PND 2013-2017, são as seguintes<sup>17</sup>:

1. Garantir a unidade e a coesão nacionais;
2. Construir uma sociedade democrática e participativa, garantindo as liberdades e os direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil;
3. Promover o desenvolvimento humano e o bem-estar dos Angolanos, assegurando a melhoria da qualidade de vida, combatendo a fome e a pobreza extremas;
4. Promover o desenvolvimento sustentável, competitivo e equitativo, garantindo o futuro às gerações vindouras;
5. Promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;
6. Apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo e do sector privado;
7. Desenvolver de forma harmoniosa o território nacional;
8. Promover a inserção competitiva da economia angolana no contexto mundial e regional.

Concretamente, quanto a este Plano e actuando de forma integrada com as Orientações acima indicadas, é possível verificar os Objectivos Nacionais de Médio Prazo, reveladores, também eles, da Estratégia Total do país<sup>18</sup>:

1. Preservação da unidade e coesão nacional;
2. Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;

---

<sup>17</sup> PND, p. 39.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem.*

3. Melhoria da qualidade de vida;
4. Inserção da juventude na vida activa;
5. Desenvolvimento do sector privado;
6. Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

### **Políticas Nacionais de Desenvolvimento e Respectivas Reformas Estruturais**

Com base no PND 2013-2017 e nos planos anteriores em execução, e com os objectivos principais expostos, existem políticas e programas nacionais relativos a cada área concreta da sociedade angolana, que, sendo definidos, concretamente no caso de Angola, pelo Titular do Poder Executivo, ilustram e dão corpo à já aludida *Estratégia Geral* (Beaufre, 2004). De assinalar que, num outro nível, as Estratégias Gerais são definidas pelos ministros responsáveis por cada uma das áreas em causa, sendo assistidas pelo Chefe de Estado-Maior ou pelo seu Secretário-Geral. Na República de Angola, e graças à actual configuração do poder político, e à centralização do mesmo no Presidente da República, estas Estratégias são por si definidas e delineadas, sendo este, apenas, coadjuvado pelas restantes entidades.

Com a função acima sinalizada, remetemos para anexo a análise detalhada das políticas e dos planos cuja adopção se prevê ou que estão já em execução, muitos deles incorporando reformas estaduais substanciais, passando, apenas, a enunciar o nome de cada uma delas (cf. Anexo 1):

- A)** Política de População;
- B)** Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional;
- C)** Política de Apoio à Reintegração Socioeconómica de Ex-Militares;
- D)** Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica;
- E)** Política de Reforma Tributária e das Finanças Públicas;
- F)** Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica;
- G)** Política de Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Protecção Social;
- H)** Política de Modernização da Administração e Gestão Públicas;
- I)** Política Integrada para a Juventude;
- J)** Política de Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território;

- K)** Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na UA e na SADC.

### **Concretização Prática das Políticas Nacionais**

A nível sectorial e constando do PND 2013-2017, o Executivo pretende desenvolver várias políticas, estando já algumas delas em curso. Neste plano, mais concretizador e objectivo, encontra-se patente a *Estratégia Operacional*, aquela que o Governo pretende levar a cabo em cada ramo de actividade subordinada. Concretizando, a sua

«(...) finalidade é não só conciliar os objectivos escolhidos pela Estratégia Geral com as possibilidades determinadas pelas táticas ou pelas técnicas do ramo em questão, mas também orientar a evolução das táticas e das técnicas para as adaptar às necessidades da estratégia.» (Beaufre, 2004:46).

Conforme se pode verificar através da leitura do PND 2013-2017, para os sectores económico, das infra-estruturas, social e institucional e, concretamente, para as várias actividades neles integradas, são definidos vários programas e concretizadas várias acções que efectivarão a Estratégia Operacional do Executivo para, com ela, contribuir para o desenvolvimento da República de Angola, sendo que, por questões práticas, remetemos uma consulta mais detalhada das medidas para o Anexo 2.

Estruturalmente, a leitura da documentação revela um pensamento claro e focado objectivamente no desenvolvimento do país e na melhoria das condições de vida da sua população. Porém, uma avaliação em profundidade, excessivamente detalhada para o espaço que este fórum permite, pode, no âmbito desta Dissertação, ser substituída por alguns indicadores-chave que expressam, actualmente, a relação do Estado com o cidadão. Esses indicadores são, essencialmente, de duas naturezas: os indicadores externos, relativos a análises e avaliações externas, por organismos internacionais; e os indicadores internos, presentes nas manifestações públicas de descontentamento ou apoio, pela população, à aplicação prática das políticas governamentais.

Nessa medida, passamos em revista alguns destes indicadores, de forma sucinta mas emblemática.

No plano da análise internacional, em primeiro lugar, verificam-se indicadores positivos e negativos. Pela positiva, evoluem os indicadores de natureza económica e social. Foi internacionalmente elogiada a missão de paz, desenvolvida em 2012, no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que levou a que um contingente militar angolano colaborasse com as forças de segurança da

Guiné-Bissau, no sentido da manutenção da pacificação daquele país e que, mais tarde, com o aval da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), acabou por se manter naquele território<sup>19</sup>.

Ou, no que respeita a matérias económico-financeiras, o elogio do Banco Mundial em 2013, reconhecendo que o Executivo efectuou progressos significativos na transparência e na responsabilização da gestão das Finanças Públicas nas últimas décadas<sup>20</sup>.

Pela negativa, também no plano internacional, nota para a previsão, pela UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de que a República de Angola terá dificuldades em atingir em 2015, o Objectivo do Milénio para essa área, sendo reduzido o controlo real sobre a população em fase de escolarização, apesar do aumento do número de alunos e de professores, bem como do investimento efectuado<sup>21</sup>.

O que se depreende com grande evidência destas distinções é o contraste, visível, a nível internacional, entre o elevado nível de responsabilidade que a República de Angola e o seu Executivo assumem perante os organismos internacionais, sustentada pela qualidade do seu planeamento, patenteada atrás, e a menos boa interpretação prática dos mesmos.

Ora, o sucesso internacional nesta vertente social assim como o sucesso económico mantêm o país sob os olhos da comunidade internacional, tanto no sucesso como no fracasso. Mas, os sucessos têm permitido granjear prestígio económico e político, sinalizado pelas relações de cooperação com organizações como a ONU e os seus satélites, e as excelentes relações de cooperação internacional em áreas estratégicas como a economia, a educação e a formação de quadros ou a segurança com as superpotências mundiais: EUA, China, Rússia e UE.

Porém, internamente, as carências também se fazem sentir e, pela positiva, o Executivo recolhe a aprovação popular, em casos como: a) o Balcão Único do Empreendedor e o *Guichet* Único do Empreendedor, medidas de estímulo à criação de negócios por particulares, através da facilitação do financiamento e desburocratização de processos<sup>22</sup> que faz da República de Angola, hoje, um dos países com maior taxa de empreendedorismo, à escala global; b) a municipalização dos serviços de saúde, que aproxima hospitais e centros de saúde das populações; c) reformas ao nível da

---

<sup>19</sup> Cf. "Missang sai mas fica", 2012.

<sup>20</sup> Cf. "Banco Mundial elogia as contas", 2013.

<sup>21</sup> Cf. "Angola longe de cumprir sequer "metade" de Objectivos do Milénio – relatório", 2013.

<sup>22</sup> Cf. "Angola é o sexto país mais empreendedor", 2013.

Administração Interna, com a implementação de programas como o Promoex (Programa de Modernização e Excelência do Serviço de Migração e Estrangeiros),<sup>23</sup> que reforçou a transparência, modernização tecnológica e a qualificação humana dos serviços migratórios, ou o “Novo Rumo, Novas Oportunidades”, no âmbito dos Serviços Prisionais<sup>24</sup>, que desenvolve a oportunidade de reabilitação e reinserção profissionais e humanas dos reclusos, em conjunto com não-reclusos, através de formação e apoio ao empreendedorismo económico e social nas suas comunidades de origem; d) a aposta da universalização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, através da construção de uma Rede de Mediatecas<sup>25</sup>, à escala nacional, onde o acesso a livros e à *Internet*, em boas condições, se vai tornado real em cada uma das 18 Províncias do país.

Pela negativa, porém, o descontentamento interno também se faz sentir, a espaços e em sectores mais desfavorecidos da sociedade. Situações como as deficiências nos abastecimentos de água potável canalizada (42%, média nacional, segundo o INE)<sup>26</sup>, electricidade (a crescer e com contenção nas tarifas cobradas)<sup>27</sup> e alojamento (combatido com a construção de novas centralidades em várias Províncias, como Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda Norte, Zaire, Malange, Kwando-Kubango, Namibe, Benguela, Huíla e Lunda Sul, e estímulo ao crédito bancário à habitação)<sup>28</sup> são problemas que se têm pautado pela perenidade, mas cuja existência é conhecida e reconhecida pelo Executivo, encontrando-se em fase de resolução. Esta dinâmica tende, progressivamente, a reduzir a intensidade destes problemas e a melhorar a visão da opinião pública sobre o exercício das funções governamentais, que se reflectem numa melhoria observável no quotidiano das populações.

#### **4. Condições para Realização de uma “Primavera Angolana”**

Da avaliação, ainda que superficial, da aplicação política da Estratégia a vários níveis da República de Angola, pelo seu Executivo, ressalta, como referido, a existência de um esforço de planeamento internacionalmente reconhecido, internamente saudado, mas que não impede a existência de uma prática por vezes deficiente e algum descontentamento pontual. Todavia, na comunicação social nacional e internacional, ecoou, durante o ano de 2013, uma expressão que, naturalmente, poderia merecer

---

<sup>23</sup> Cf. <http://www.sme.ao>

<sup>24</sup> Cf. [www.nrno.co.ao](http://www.nrno.co.ao)

<sup>25</sup> Cf. <http://mediatecas.ao/>

<sup>26</sup> Cf. “Angola em Números”, 2012.

<sup>27</sup> Cf. “IRSE destaca melhorias no fornecimento de energia ao país”.

<sup>28</sup> Cf. “Vida Imobiliária”, n.º 2.

alguma meditação por parte de governantes, cidadãos e comunidade internacional: “Primavera Angolana”.

Mencionada por alguns críticos do Executivo da República de Angola, por alegada inspiração nas revoluções que, a devido tempo, analisámos nesta Dissertação, a alegada aspiração subversiva teve o seu, ainda que discreto, protagonismo. No entanto, não fosse o facto de se inspirar em tão vasto movimento, talvez a sua análise não constituísse interesse para este trabalho. Mas dado o objecto do mesmo, os movimentos subversivos e as revoluções no século XXI, e a peculiaridade de tal, mesmo que enquanto sugestão, podem ter lugar na África Subsariana, suscitando o interesse e a análise, para verificação e eventual dedução de conclusões, no âmbito de um estudo da Estratégia, devidamente enquadrado pela Ciência Política.

A presente Dissertação, em particular, tem por foco analisar, do ponto de vista estratégico, a probabilidade de ocorrência, na República de Angola, de movimentos similares aos que estiveram na base das “Revoluções Coloridas” e da “Primavera Árabe”, e as posições dos respectivos actores. Assim sendo, independentemente da consideração de que a “Primavera Angolana” não passou de uma aspiração e pouco se assemelha aos movimentos internacionais estudados, coloca a questão de saber se, de facto, estamos perante uma situação que reclama a aplicação dos ensinamentos da ciência social e da arte que constituem a Estratégia.

#### **DA ASPIRAÇÃO À “PRIMAVERA ANGOLANA”**

A partir do ano de 2011 evidenciaram-se, na República de Angola, pequenos acontecimentos, de maior ou menor mediatismo, onde alguns elementos organizados, críticos das políticas governamentais e defendendo a não-recandidatura do candidato do MPLA e actual Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos, às Eleições Gerais de 2012, organizaram manifestações e intervenções de natureza cultural para manifestar a sua opinião.

A intervenção destes movimentos, precisamente neste período, encontra-se revestida por um significado estratégico, na medida em que surgiu em período de realização de Eleições Gerais. O sufrágio é encarado por todos os agentes políticos e pela sociedade civil enquanto momento de auscultação popular. Na perspectiva dos grupos que estiveram na base da organização contestatária, as eleições representam uma ocasião onde, por um lado, seria possível ganhar expressão política, mas em que,

por outro, poder-se-ia perder capital de popularidade, caso os eleitores legitimassem nas urnas, mais uma vez, o Executivo.

Os movimentos proto-revolucionários, surgidos neste período, foram, por iniciativa dos seus impulsionadores, de aspiração a “Primavera Angolana”, por analogia com a “Primavera Árabe”, sendo, em primeira linha, de excluir a semelhança deste movimento com os das “Revoluções Coloridas” atendendo, por um lado, ao lapso temporal que se verifica, em alguns casos superior a dez anos e, por outro, ao facto de as mesmas terem tido lugar na Europa. Na verdade, a aproximação dos acontecimentos ocorridos em Angola e nos países da “Primavera Árabe” prende-se, essencialmente, com o facto de estes estarem temporalmente muito próximos, e de terem sido convocados e publicitados nas redes sociais. Acresce que, aquando das manifestações em Angola, a crença geral era a de que a onda revolucionária estaria a deslocar-se para sul no continente africano, sendo que o país seria, também, afectado pela mesma, tendo os grupos de manifestantes, em confronto com o Estado, assumido que era, também aqui, necessária uma Primavera. Apesar do procedimento e do comportamento reivindicativo dos manifestantes se terem aproximado das estratégias utilizadas nesses países, não se verificaram as situações críticas de profunda violência, aí observadas, tendo os movimentos acabado por perder força e direcção, não tendo beneficiado de apoio internacional.

Cabe a esta secção da Dissertação analisar o perfil e o comportamento destes movimentos, no sentido de aferir da sua semelhança com os que protagonizaram as revoluções do mundo árabe, e aferir, empiricamente, a sua dimensão e verdadeira legitimidade a aspirar protagonizar um movimento da natureza referida. Fá-lo-emos com base em quatro critérios: perfil dos activistas, organização estratégica dos movimentos, nível de mobilização popular e tipo de conflito.

## **DO PERFIL DOS ACTIVISTAS**

No que respeita ao perfil dos activistas, estamos na presença de movimentos compostos maioritariamente por jovens, em especial estudantes e artistas, alguns de elevado rendimento económico e escolaridade, com elevada taxa de utilização de blogues, redes sociais e telemóvel, para comunicação intra-organizacional e coordenação das movimentações, bem como de posições políticas. Alguns dos líderes são descendentes directos ou têm ligações a responsáveis políticos ou a destacadas figuras

da praça angolana, retirando dessa ligação algum do seu prestígio. Outros optam por ocultar a sua identidade<sup>29</sup>.

O Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola (MRPLA), liderado por “Agostinho Jonas Roberto dos Santos”, pseudónimo de um cidadão angolano no exterior, que supostamente regressou a Angola a 19 de Agosto de 2012, anunciava a “Nova Revolução Angolana” e o apoio à UNITA, bem como a demissão do actual Presidente da República<sup>30</sup>. Isoladamente, artistas como o *rapper* “Brigadeiro Matafrakus”, Luís Rocha e “Carbono Casimiro”, associaram-se igualmente a estes movimentos. Por seu turno, o Movimento Revolucionário de Angola (MRA) é uma derivação do MRPLA, e tem como líder Pedroski Teca, “nome de guerra” de um activista cívico anónimo, formado em Jornalismo e TIC na República da Namíbia na universidade *Polytechnic of Namibia*, proprietário e criador da central [www.drowski3.blogspot.com](http://www.drowski3.blogspot.com).

#### **DA PERSPECTIVA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DOS MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS**

Do ponto de vista do comportamento, os movimentos e activistas em causa fizeram uso de técnicas de resistência não-violenta e optaram por uma retórica agressiva, como desfiles, criação de músicas críticas do Executivo, nos géneros *rap*, *hip hop* e *kuduro*.

Ao nível das manifestações, estas assumiram-se como pacíficas, tendo sido a mais relevante, do ponto de vista estratégico, a ocorrida no dia 25 de Agosto de 2012, organizada e promovida pela UNITA, actualmente o maior partido da oposição. Algumas das simbólicas manifestações organizadas receberam o apoio de alguns movimentos da sociedade civil, com maior ou menor organização.

Os movimentos com aspirações a “Primavera Angolana” objectivam, de uma forma sumária, a introdução de profundas alterações ao regime político vigente, mais concretamente, a substituição do actual Presidente da República, e a introdução de reformas ao nível das instituições democráticas e da forma como têm vindo a ser assegurados os interesses colectivos. Para estes movimentos a forma como o Governo tem conduzido o destino do país não é vista como sendo a mais correcta, principalmente do ponto de vista democrático, objectivando-se, por isso, a sua substituição.

Perante estes objectivos, também estas unidades políticas, para que possam alcançar os seus objectivos, carecem de estabelecer uma estratégia que se mostre idónea para o efeito. Em primeiro lugar, importa lembrar a insuficiência de recursos que

---

<sup>29</sup> Cf. «Juventude prepara "Primavera Angolana" contra governo», 2011.

<sup>30</sup> Cf. <http://revolucaoangolana.webs.com/>

permitam enfrentar directamente o Governo, o que faz com que os mesmos careçam de centrar a sua acção em métodos não violentos, ou seja, mediante um estilo de acção indirecta, que, através de uma actuação ponderada e de um processo lento, prolongado, progressivo e de esgotamento da ordem constituída, conduza o Governo a uma situação de desgaste e descredibilização.

Não restando dúvidas de que, ao nível da subversão, estes movimentos se encontram numa fase embrionária, os mesmos centram os seus objectivos estratégicos na promoção da agitação social, o que é conseguido através da utilização de meios capazes de mobilizar a população e influenciar favoravelmente a opinião pública.

Para estes movimentos, as potencialidades a explorar vocacionam-se, precisamente, para as acções que consigam provocar uma “transferência de universo político/ideológico”, tendente à alteração do regime político vigente, o que depende inteiramente de êxitos de cariz essencialmente psicológico.

O sucesso deste tipo de movimentos depende, então, da promoção da assimetria, através de uma escolha acertada dos meios de coacção a utilizar, que, no que toca à influência da opinião pública e ao desgaste e descredibilização do Governo, implica necessariamente o recurso a conhecimentos provenientes das ciências comportamentais, com destaque para a psicologia e a psicossociologia. Estes conhecimentos e técnicas são utilizados para assegurar o enquadramento colectivo e a preparação psicológica da população, o centro de gravidade destes movimentos, o que é alcançado sobretudo através da concertação dos esforços estratégicos na exploração de tensões sociais relacionadas com problemas essencialmente de cariz socioeconómico e político-ideológico, visando obter a adesão da população, e apresentando-se como uma alternativa, embora não bem definida, para a resolução desses problemas.

Perante a consideração da natureza das forças privilegiadas pelos movimentos subversivos verificados na República de Angola, torna-se certo de que diante de uma avaliação dos restantes factores que influenciam uma decisão quanto à estratégia subversiva a adoptar, é conclusivo que os mesmos dispõem de um objectivo vital, de meios reduzidos para o alcançar e, outrossim, de uma liberdade de acção igualmente reduzida.

Uma vez generalizado o objectivo político e a situação estratégica, é possível chegar a uma conclusão quanto à *modalidade de acção* tendencialmente empreendida por estes movimentos: sendo certo que as forças materiais são diminutas, as mesmas terão de ser necessariamente compensadas por forças morais elevadas, que potenciem a manutenção prolongada de um conflito que, criando uma situação de desgaste para o

Governo (que pode provir de uma cada vez maior adesão da população a manifestações e da obtenção de apoios internos e externos), irá permitir, no âmbito da subversão, escalar, progressivamente, as fases que normal e classicamente são associadas ao fenómeno subversivo.

É conclusivo, desta forma, que os movimentos em questão tendem para a adopção da manobra da lassidão.

## **DA CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO**

Do ponto de vista dos efeitos ao nível da mobilização conseguida pelos movimentos, estes podem ser analisados de dois pontos de vista: mediaticamente, estes movimentos obtiveram alguma projecção nacional e internacional. Alguma imprensa de opinião, como os jornais *Folha 8*, *Club-K* e o portal *Central Angola 3711* foram os meios de comunicação que mais atenção prestaram a estas situações<sup>31</sup>. A imprensa internacional, em especial, a portuguesa, como o jornal *Público*<sup>32</sup> atribuiu alguma relevância ao movimento descrevendo a organização como “apartidária”, assim como a rádio alemã *Deutsche Welle*, a rádio norte-americana *Voice of America* ou a cadeia internacional *Al-Jazeera*, que emitiu inclusivamente um documentário dedicado aos movimentos “*Angola, Birth of a Movement*”<sup>33</sup>. Porém, não deixa de ser assinalável que a maior parte da imprensa de referência europeia e norte-americana não tenha efectuado qualquer cobertura destas situações, numa avaliação que colocaria o assunto como de menor interesse público, a nível global.

Ao nível da mobilização popular, nenhuma das manifestações reuniu mais de três dezenas de activistas e, em alguns casos, os participantes protagonizaram actos de violência contra as autoridades, revelando um fraco nível de organização logística. No entanto, o modelo de organização logística baseado nas redes sociais e em blogues, à semelhança das “Primaveras Árabes”, foi o utilizado, com resultados algo díspares.

Numa visão impressionista, entretanto fundamentada, ressalta o contraste entre a projecção mediática destes movimentos e o seu fraco desempenho no terreno, pouco semelhante ao perfil das “Primaveras Árabes”.

---

<sup>31</sup> Cf. <http://centralangola7311.net/> e [www.club-k.net](http://www.club-k.net).

<sup>32</sup> Cf. “Primavera Angolana travada em nova manifestação”.

<sup>33</sup> Cf. <http://www.aljazeera.com/programmes/activate/luatymbanzacarbono.html>.

## DO TIPO DE CONFLITO

Como foi possível analisar, estamos na presença de entidades políticas, com metas antagónicas entre si, que materializam objectivos políticos definidos e enquadrados por um conjunto de factores de ordem diversa, que, em última análise, se encontram relacionados com a forma como o poder nacional tem sido empregue no interesse da colectividade, mais concretamente, com a forma como o Governo deve assegurar a prossecução daqueles que são os seus objectivos políticos prioritários, e que se encontram relacionados com os fins últimos ou teleológicos do Estado: Bem-Estar, Segurança Nacional e Justiça. Para o Governo, como referimos, a Estratégia Nacional tem sido adequada e deve ser continuada. Já do ponto de vista das unidades políticas que deram origem aos movimentos contestatários, urge a introdução de alterações ao regime político vigente. Nesta situação de conflito, ambos os actores pretendem utilizar as forças materiais e morais que estão ao seu alcance, para assegurar que os seus objectivos são alcançados, e os do adversário não.

Nessa medida, podemos efectivamente considerar verificada a existência de um conflito, presentemente, mais latente que efectivo.

Perante a caracterização dos fenómenos que ocorreram na República de Angola, estes parecem não integrar de forma absoluta o conceito de subversão propugnado por Sousa Lara (2011), designadamente o elemento que o associa a uma “acção violenta e ilegal”. Os grupos que fazem parte dos movimentos contestatários actuam com base no direito à livre manifestação e de forma tendencialmente pacífica, sem prejuízo da verificação de determinados episódios onde o Governo teve necessidade de assegurar a manutenção da ordem pública com recurso às forças de segurança pública.

Ainda assim, a natureza deste conflito relaciona-se claramente com a noção de subversão, designadamente aquela que a caracteriza como «a luta conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não contra as autoridades de direito estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo, ou, no mínimo, paralisar a sua acção» (Barrento, 2010). Os movimentos contestatários em curso são movimentos progressivos, visando obter um cada vez maior apoio da população.

Deste modo, e quanto aos objectivos e fins, os movimentos em causa parecem caber plenamente na condição subversiva acima referida. Porém, em que medida, poderemos, mais uma vez, compará-los aos que materializaram as “Primaveras Árabes”?

No caso das “Primaveras”, assistiu-se a uma passagem da subversão gradual para uma “guerra subversiva”, armada, consciente e profundamente planeada, não traduzindo uma movimentação espontânea por parte de uma população aparentemente

descontente, o que não prejudica o facto de terem a população como o seu centro de gravidade, o que encontra plena identificação com a subversão. Já no caso particular destes movimentos, a desorganização parece ser a tónica dominante, encontrando-se profundamente dependentes do suporte mediático e carentes da mais básica adesão popular, que mesmo em países democráticos que se debatem com questões sociais menos prementes que as angolanas, como alguns países da União Europeia, acontece de forma vigorosa, ao contrário do cenário em análise.

Por todos os motivos acima expostos, e no que respeita às divisões da Estratégia, *in casu*, no que respeita ao tipo de conflito, parece-nos que, de facto, estamos na presença da Estratégia Subversiva e Contra-Subversiva.

Finalmente, e de forma independente da maior ou menor potencialidade dos movimentos ocorridos em evoluírem com o tempo, estes não configuram, actualmente, qualquer semelhança substancial com os que protagonizaram as “Primaveras Árabes”.

Não se constata, de facto, a existência de um suporte suficiente numa conceptualização coerente e apelativa quanto aos objectivos políticos que pretendem alcançar, ao que acresce a inexistência de ambiente interno favorável à contestação ao poder, e de um ambiente externo que apoie os movimentos.

## **DA PERSPECTIVA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO GOVERNO**

### ***Objectivos Teleológicos do Estado e Respectiva Ameaça***

Importa, primeiramente, ter presente que o regime político vigente na República de Angola, por se basear no Estado de Direito Democrático, impõe ao Governo e às estruturas de poder nacional o dever de actuar com vista à prossecução daqueles que são os fins últimos do Estado. Por sua vez, a concretização e materialização práticas destes objectivos dependem de um correcto emprego do poder nacional, que, por seu turno, depende de um planeamento estratégico adequado.

Encontrando-se o Bem-estar relacionado, muito sumariamente, com a satisfação das necessidades colectivas de forma adequada e condigna, a Segurança Nacional centra o seu núcleo em interesses nacionais como a soberania, a unidade, a independência, a integridade, a preservação e manutenção das instituições democráticas e da estrutura do regime político e respectivos titulares, a liberdade de acção política, entre outros.

Ora, a existência de oposições aos regimes políticos vigentes é uma realidade com a qual, de uma forma geral, as sociedades democráticas têm de lidar, por força do reconhecimento do pluripartidarismo e da liberdade constitucional de livre manifestação

dentro de certos limites, que não configurem contra-ordenação ou crime. Perante a existência de movimentos contrários ao regime político vigente na República de Angola com aspirações a “Primavera”, o Governo tem de questionar, em cada momento, se os mesmos devem ser considerados como ameaças idóneas à Segurança Nacional, impondo, em caso afirmativo, a adopção de uma posição de contra-estratégia adequada.

Deparando-se o Governo com acções praticadas por outras unidades políticas, opositoras da forma como o regime político vigente tem actuado com vista à consecução desses objectivos últimos, quer isso dizer que o mesmo se depara com uma ameaça à preservação da Segurança Nacional, que é subversiva, e em relação à qual terá de responder política e estrategicamente.

Assim, e num primeiro nível de decomposição, podemos afirmar que o objectivo político longínquo, dentro do conceito amplo de Segurança Nacional, é o de assegurar a preservação e integridade das instituições político-governativas e do regime vigente contra ameaças provenientes de unidades políticas com interesses contrários aos do Governo, controlando e prevenindo situações de instabilidade político-social, sob forma de insurgimentos populacionais massivos, evitando a intervenção internacional neste âmbito e a proliferação de uma acção estratégica por parte dos contrários, idónea a alcançar os seus objectivos.

Posto isto, entendemos que, numa primeira abordagem, o objectivo aqui em causa, relacionando-se com a Segurança Nacional, é *vital*, o que se evidencia perante a consideração da progressividade e incerteza do fenómeno subversivo e por alguns exemplos ocorridos nos restantes movimentos subversivos apresentados. Nessa qualidade, não é negociável e poderá implicar o recurso a todos os meios ou processos, militares ou não, que estiverem ao alcance do Governo com vista ao seu asseguramento.

Contudo, e numa segunda abordagem, estando esta classificação relacionada com uma decisão de “empenhamento”, pensamos que, perante a fase embrionária do fenómeno visível na República de Angola e do valor reduzido da ameaça que o mesmo representa, é essencial haver uma flexibilização, no sentido de, ao invés de vital, antes, e neste momento, ser considerado como um objectivo *importante*, na perspectiva que não reconhece força suficiente à ameaça em causa para colocar em risco a Segurança Nacional, mas que ainda assim poderá obrigar ao emprego da força militar, mas de forma limitada e de acordo com aquela que venha a ser a Estratégia continuamente adaptada e adoptada por parte dos contrários. Além disso, e prosseguindo com a classificação de objectivos enunciados por Abel Couto (1988), estamos na presença de objectivos *actuais*, *conjunturais* e de *âmbito geral*, dizendo respeito a todo o território nacional.

Posto isto, importa aqui lembrar que, perante a observação das ameaças provenientes dos movimentos contestatários como sendo baseadas numa Estratégia Subversiva, pode desde já anuir-se que a avaliação do ponto de vista estratégico daquela que é ou deveria ser a actuação do Governo perante estas ameaças à Segurança Nacional, terá de ter por base a adopção de uma Estratégia Contra-Subversiva. Esta consideração contorna aquele que é apontado como sendo um dos problemas da manobra contra-subversiva, e que se relaciona com um frequente desconhecimento ou negação, por parte dos governos, do desencadear de um determinado fenómeno subversivo, potenciando, dessa forma, que o fenómeno se desenvolva e alcance, de forma bem-sucedida, os seus ímpetus, colocando-se os governos em posições estratégicas desfavoráveis.

### ***Modelo de Acção Estratégica***

Objectivando-se retirar uma conclusão relativamente ao modelo de acção estratégica adoptado pelo Governo de forma a alcançar o objectivo político longínquo acima identificado, é essencial avaliar os diversos factores que estiveram na base da decisão estratégica adoptada.

Concluindo-se pela efectiva existência de uma ameaça à Segurança Nacional, consubstanciada num objectivo de subversão do regime político vigente, mais concretamente, das respectivas instituições, é desde já conclusivo que o Governo terá de adoptar uma missão estratégica de neutralização, que será tanto melhor sucedida, quanto mais cedo e preventivamente for adoptada.

Desta forma, entre os objectivos político-estratégicos a adoptar pelo Governo, encontra-se, desde logo, a necessidade de neutralizar a estrutura subversiva, no sentido de evitar a sua proliferação, desenvolvimento ou continuidade, evitando que os movimentos avancem pelas fases da subversão. Por outro lado, importa preservar e fortalecer as forças de contra-subversão, sendo essencial que o Estado, a um nível de Estratégia Genética, desenvolva meios idóneos para combater o surgimento futuro deste tipo de ameaças. Por fim, e relacionado com o centro de gravidade de toda a subversão, encontra-se o objectivo estratégico que se prende com a promoção da adesão ou consolidação da adesão da população às causas políticas defendidas pelo Governo, em última análise, à sua manutenção. Tal deverá ter por base a adopção de medidas que visem promover uma maior coesão e unidade nacionais, uma adaptação dos programas e planos governativos às aspirações da população, ou, simplesmente, uma maior divulgação da actividade e progressos encetados pelas estruturas governativas.

Outro factor de suma importância é a avaliação do meio, ou seja, dos ambientes interno e externo envolventes. Este factor conjuga uma avaliação da ameaça contextualmente integrada com recurso às características dos actores, com especial ênfase para os contendores, seus eventuais apoios e respectiva adaptação ao ambiente onde surgiram.

Perante o efeito moral decisivo (Beaufre, 2004) que se pretende impor, e que, *in casu*, se relaciona com a descredibilização ou desacreditação dos fenómenos subversivos que se manifestaram na República de Angola contra o regime instituído, adaptando os ensinamentos de Clausewitz, será essencial conjugar a compreensão adquirida quanto às suas vulnerabilidades e potencialidades com as forças de coacção mais adequadas, de forma a atingir os pontos críticos dos contrários (centros de gravidade) para provocar o seu desequilíbrio ou neutralização.

Relembrando a prevalência dada pelos movimentos subversivos, aos meios de coacção psicológica, importa desde logo afirmar que, no que respeita aos meios de coacção militares, parece indiscutível que o Governo dispõe de uma posição de superioridade relativamente aos contendores. De qualquer forma, com vista ao desenvolvimento de uma contramanobra de lassidão, o Governo não poderá recorrer a uma estratégia directa baseada numa manobra ofensiva, seja ela qual for. Até ao presente momento, quer nas “Revoluções Coloridas”, quer na “Primavera Árabe”, o recurso a manobras ofensivas não tem sido bem-sucedido, além de que sendo o centro de gravidade a população, esta não se apresenta como uma estratégia adequada ou proporcional à ameaça vigente. Pode, inclusivamente, criar um efeito inverso ao desejado, designadamente a condenação e desacreditação por parte da população e da comunidade internacional. Relembre-se a teoria da interacção estratégica, que recomenda, neste caso ao Governo, a colocação numa posição simétrica face à actuação estratégica dos movimentos.

Acima de tudo, importa reter que os meios de anticoacção ou anti-subversão a utilizar devem ter por foco os meios de coacção utilizados pelos contendores, de forma a conseguirem alcançar o efeito moral decisivo propugnado. Assim, torna-se certo que os meios de coacção a utilizar, visando incutir um efeito psicológico, terão de incidir sobre factores políticos, psicossociais, diplomáticos e socioeconómicos, cuja intervenção é decidida pelo Presidente da República, não só no âmbito da Estratégia Integral que lhe compete, como nas Estratégias Gerais onde muitas vezes aquele assume um papel igualmente decisivo.

Além disso, e perante a avaliação da ameaça, é possível ao Governo concluir pela existência de uma disponibilidade temporal que permite uma actuação de antilassidão.

Com efeito, no que respeita aos factores a considerar na opção por um determinado modelo de acção estratégica, é essencial que o Governo assuma a existência de uma liberdade de acção mais reduzida, de forma a não subestimar a importância de resolver, de forma estrategicamente adequada, os conflitos de natureza subversiva que atentem contra o regime político por si propugnado.

Neste quadro, no que respeita às divisões da Estratégia, é possível desde já concluir, que, no que respeita ao estilo de acção, esta é indirecta por se centrar em meios de coacção não bélicos e, quanto à finalidade de emprego dos meios de coacção, é, no momento actual, essencialmente defensivo-dissuasiva, já que tem por fim dissuadir, por um lado, os contendores da luta pelos seus objectivos políticos e, por outro, as próprias populações, no sentido de assegurar a desacredibilização e consequente neutralização desses movimentos.

Compreende-se que a actuação do Governo se centre em acções defensivas, no entanto, a manobra defensiva a propugnar deverá integrar, também, uma linha política necessariamente ofensiva, sob pena de impossibilidade de dissuasão dos contendores. Essa ofensiva terá de ser essencialmente de cariz ideológico, de forma a desacredibilizar a ideologia política propugnada pelos movimentos e, no plano psicológico, assegurar o reforço do seu prestígio junto da população, transmitindo, de forma convincente, os progressos que a República de Angola tem feito e continuamente assegura.

Sem prejuízo desse facto, note-se que esta estratégia não contende, naturalmente, com o dever do Estado de assegurar e preservar a ordem e a paz públicas, e que por vezes se impõe das forças policiais uma actuação dentro daquelas que são as suas competências nesse âmbito.

Analizados todos aqueles factores, é possível tender para um determinado modelo de acção estratégica que parece estar na base da Estratégia Integral definida pelo Titular do Poder Executivo nessa qualidade, e que, subsequentemente, serve de guia a todo o planeamento estratégico. O que está aqui em causa é o “Como” deverá o regime actuar com vista ao alcance dos objectivos traçados, tendo em consideração os meios, os potenciais estratégicos, as vulnerabilidades e as oportunidades.

Assim sendo, parece-nos que o modelo de pressão indirecta é aquele que tem caracterizado a actuação estratégica do Governo perante as ameaças subversivas. Este modelo objectiva desarticular a capacidade operativa dos movimentos contestatários,

enfraquecendo essencialmente as suas forças morais, que constituem o respectivo meio de coacção privilegiado, conduzindo-os a aceitar pacificamente o regime político vigente.

É um modelo de acção que poderá sempre vir a ser reformulado no futuro, caso o Governo se depare com alterações ao nível dos factores de decisão. Por exemplo, caso o fenómeno subversivo ganhe terreno, do Governo será de esperar, possivelmente, a evolução para uma estratégia de acções sucessivas ou a combinação de outros modelos que se mostrem mais adequados.

Sem prejuízo desse facto, parece-nos que o modelo de pressão indirecta é aquele que mais se adequa perante o estágio de desenvolvimento dos movimentos contrários que se encontra, de certa forma, estagnado e numa fase embrionária que se centra na “agitação social”. O Governo tem salvaguardado o essencial através do controlo governamental, sem envolver a afectação de muitos meios de coacção, e resolvendo o conflito através da adopção de uma linha de acção política que se baseia, essencialmente, em meios indirectos que visam assegurar a liberdade de acção e conter os efeitos provenientes da coacção encetada pelos movimentos.

É, de facto, identificado como o melhor modelo relativamente a uma situação de existência de meios fortes mas liberdade de acção reduzida, não sendo benéfico para o Governo, dessa forma, aceitar correr riscos elevados ou conduzir a grandes sacrifícios. De forma contra-subversiva, é dada preferência à utilização de forças de natureza essencialmente psicológica, mediática e política, que visam atingir os objectivos políticos de neutralização da ameaça subversiva, influenciando a opinião pública e provocando o desgaste dos movimentos.

### **CONSIDERAÇÕES GERAIS RELATIVAS À EXECUÇÃO ESTRATÉGICA**

Pelo exposto, importa agora, e de forma necessariamente sumária face à limitação conceptual que subjaz à presente Dissertação, avaliar num âmbito mais concreto, prático e visível, como as diversas estruturas do Governo têm conduzido a Estratégia de contra-subversão dos contendores considerados.

Definindo-se política e superiormente o que se deve fazer (concepção) segue-se um necessário ponto intermédio até chegar à operacionalização (execução), partindo da observação das condições técnicas e das possibilidades materiais existentes ao nível estratégico.

Importa evidenciar que os objectivos e as decisões tomados ao nível da Estratégia Integral têm de ser traçados e alcançados tendo em vista as Estratégias Gerais. Ou seja,

neste nível de decisão, compete ao Executivo, mais concretamente, ao Chefe do Executivo, definir a missão própria de cada uma das Estratégias Gerais e a sua combinação. Para tanto, para cada sector ou área existente, terá de traçar, priorizar e escolher, múltiplos objectivos estratégicos, o que dependerá, por sua vez, do delineamento das questões genéticas, estruturais e operacionais a serem, depois, tratadas precisamente ao nível das Estratégias Gerais.

A análise que se segue irá apresentar algumas das medidas que têm sido tomadas pelo Governo, no que respeita à prossecução do objectivo político que está aqui em causa. A análise realizada tem presente a consideração de uma linha de acção política, em relação à qual todos os domínios de coacção participam e convergem com vista ao alcance dos objectivos visados com a contra-subversão: os efeitos psicológicos que se pretendem induzir numa fase de prevenção. Tal depende da realização de uma intensa acção psicológica, que tem por foco não só os adversários, como o centro de gravidade que é a própria população, visando influenciar aquelas que são as suas opiniões, crenças e sentimentos e, conseqüentemente, as suas atitudes e comportamentos.

Perante o ensejo de influenciar favoravelmente a população e a opinião pública interna e externa, a acção psicológica do Governo, neste âmbito, tem-se dirigido para dois campos distintos: por um lado, o da descredibilização interna e externa dos movimentos e, por outro, o da promoção da coesão nacional e do reforço da confiança da população nas instituições governativas.

Com vista ao alcance destes objectivos, ganham destaque algumas medidas que têm sido asseguradas:

- ❖ Desenvolvimento de medidas que permitam aceder àquelas que, em cada momento, são as aspirações da população no que respeita aos objectivos e deveres que compete ao Estado assegurar, de forma a adoptar continuamente as Estratégias Integral, Gerais e Particulares às aspirações da população (previsão de realização de Censos em 2013);
- ❖ Concretização da Estratégia Integral que tem sido traçada no âmbito da prossecução do fim teleológico do Estado relacionado com o *Bem-Estar*. Conforme já se referiu, a Estratégia que tem sido traçada pelo Executivo tem reflectido progressos relacionados com a reconstrução, o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico. No entanto, quanto mais se promove uma adequação dos planos e programas traçados às aspirações da população, menos se constata hipóteses de ameaças à Segurança Nacional. Repare-se que a energia das “Primaveras” em referência, parte da constatação de

problemas e disparidades ao nível do Bem-Estar da população que, sendo uma das finalidades últimas do Estado, ao mesmo é apontada a respectiva responsabilidade. Havendo motivos para descontentamento, a população insurge-se contra o poder político, e, em consequência, a sua integridade e preservação ficam postas em causa. É uma ameaça à Segurança Nacional. Foi essencialmente isso que sucedeu ao nível das “Revoluções Coloridas” e da “Primavera Árabe”.

Neste campo, entra aquela que também pode ser designada por manobra socioeconómica. Mencionam-se, assim, três grandes tipologias de medidas preventivas:

**Medidas Económicas:** Criação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, visando impulsionar a economia não-petrolífera e conferir-lhe níveis de sustentabilidade que lhe permitam apresentar um desempenho cada vez menos dependente do sector petrolífero. Estas medidas passam pela promoção da marca “Angola” e dos produtos angolanos no exterior, pelo estímulo ao consumo interno, pela melhoria dos salários no sector público e recomendação de aumentos no sector privado, desburocratização dos processo de constituição de empresas (Balcão Único do Empreendedor e Guiché Único do Empreendedor), criação de programas de financiamento às empresas, como o programa “Angola Investe” – Programa de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – e várias medidas de estímulo ao emprego e à formação profissional;

**Medidas Sociais:** Cumprimento do primeiro dos “Objectivos do Milénio”<sup>34</sup>, “erradicar a pobreza extrema e a fome”, pela redução para metade da proporção da população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia e pela redução, também para metade, da proporção da população afectada pela fome, ainda em 2012, facto pelo qual foi distinguida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Igualmente, merece destaque o trabalho de expansão da rede de cuidados de saúde com a construção de mais hospitais, a municipalização dos serviços de saúde, a construção de escolas, a aposta na formação para a sociedade civil e para os reclusos, a reparação e a construção de estabelecimentos prisionais, a abertura de novas universidades, bem como as reformas e a modernização do sistema judicial e os programas de realojamento de habitantes que residiam ilegalmente em terrenos onde estava prevista a construção de novas centralidades, encontrando-se todo este investimento devidamente cabimentado no Orçamento Geral do Estado para 2013;

---

<sup>34</sup> Cf. “Angola atinge primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ao reduzir fome”. Disponível em: <http://www.africa21digital.com/politica/ver/20030614-angola-atinge-primeiro-objetivo-de-desenvolvimento-do-milenio-ao-reduzir-fome>

**Direitos Humanos:** O respeito pelo Protocolo de Facilitação de Movimentos de Pessoas, assinado em 2005, no âmbito da SADC, que visa o tratamento cada vez mais humanizado dos imigrantes ilegais, com Centros de Detenção de Estrangeiros Ilegais e Centros de Instalação Temporária; formação dos agentes de segurança, no sentido de humanizar a forma de tratamento dos cidadãos e optar, sempre que possível, por atitudes pedagógicas. Além disso, deve ser considerada, neste campo, a progressiva abertura ao exterior para escrutínio do respeito pelos Direitos Humanos, por parte de organizações não-governamentais;

**Juventude:** O Executivo tem direccionado para a população mais jovem um conjunto de medidas e iniciativas, que visam mobilizar este segmento da população para uma adesão ao seu programa político e às suas prioridades de actuação, mas também prevenir o seu desvio por forças que visem a destabilização do Estado Angolano. Nessa medida, evidenciam-se três frentes de trabalho dignas de nota, que ilustram a dinâmica que o Executivo pretende inculcar ao comportamento da juventude angolana. Em primeiro lugar, podemos enunciar os Encontros de Auscultação à Juventude. Iniciados em Julho de 2013, por iniciativa pessoal do Titular do Poder Executivo, o Presidente da República Eng.º José Eduardo dos Santos, e tendo contado com a sua presença na primeira iniciativa, são organizados pelo Ministério da Juventude e dos Desportos, em colaboração com os Governos Provinciais.

Estes eventos, que têm ocorrido sequencialmente, são encontros periódicos entre responsáveis de distintos organismos que compõem o Executivo angolano e jovens dos mais variados estratos sociais, tendo como intuito «apurar quais são os problemas que afectam os mais jovens»<sup>35</sup>, em Luanda, bem como nas restantes 17 Províncias<sup>36</sup>. O lema destas iniciativas é “*Juventude: Dialogar para Desenvolver*”. Os resultados têm sido materializados na recolha de indicações sobre as preocupações dos jovens, em áreas tão diversificadas como a construção de bibliotecas, o recrutamento de professores, a construção de estruturas desportivas em sedes municipais e comunais, a agilização da emissão de Bilhetes de Identidade, a continuidade de expansão da agência bancária (BPC) ou o aumento da fiscalização sobre as obras públicas no sentido de um aumento do rigor no seu controlo.

Por outro lado, existem programas governamentais dirigidos em exclusivo à juventude. O Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ), criado em 2005 e concretizado pelo Programa Angola Jovem (PAJ), orientado para aumentar a

---

<sup>35</sup> Cf. <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130725-governo-angolano-quer-ouvir-os-problemas-do-jovens>

<sup>36</sup> Cf. [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/educacao/2013/8/36/Jovens-solicitam-expansao-nucleos-universitarios-nos-municipios,2680e24f-296d-4d86-b442-fb5db78b8e0d.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2013/8/36/Jovens-solicitam-expansao-nucleos-universitarios-nos-municipios,2680e24f-296d-4d86-b442-fb5db78b8e0d.html)

empregabilidade dos jovens e ajustar as suas qualificações às necessidades do mercado de trabalho (formação profissional, promoção do empreendedorismo, concessão de crédito bonificado para a criação de pequenos negócios, criação de incubadoras de negócios, programa de estágios profissionais para jovens nas empresas e nos programas de construção e relançamento da economia nacional, apoio à reinserção socioprofissional de jovens desmobilizados e de outros com necessidades especiais), melhorar as condições de saúde dos jovens (municipalização dos serviços de saúde, programas de vacinação, de sensibilização para a prática de exercício físico ou de prevenção da toxicod dependência), melhorar o acesso dos jovens a uma habitação condigna (acordos com entidades bancárias que visam facilitar o crédito para a aquisição de habitação própria, direccionados para jovens entre os 18 e os 35 anos, e sorteio de habitações sociais), e promover a sua participação na democracia participativa e no desenvolvimento social do país (apoios a associações locais de carácter social, cultural e recreativo).

Finalmente, de uma terceira perspectiva, no que respeita à mobilização da sociedade civil, o Executivo, cuja liderança emana, de resto, de uma escolha do Presidente do MPLA, conta com o apoio de organismos ligados ao partido maioritário. Entre estes contam-se o Movimento Nacional Espontâneo (MNE), responsável por eventos como a realização de excursões a eventos desportivos (Campeonato Africano de Futebol, Afrobasket), visitas de trabalho/estudo às várias Províncias com vista a uma boa aprendizagem do funcionamento da Administração Pública, em paralelo à Juventude do Movimento para a Libertação de Angola (JMPLA) e à Organização da Mulher Angolana (OMA), organizações dedicadas à juventude e às mulheres, que promovem iniciativas culturais, lúdicas e políticas, abertas à sociedade civil, onde habitualmente comparecem figuras dos Governos Provinciais e do Executivo, e onde actuam, frequentemente, artistas que, por exemplo, trabalhando géneros musicais elevados ao estatuto de arma política pelos insurgentes (*rap*, *kuduro*), estão de acordo com as políticas do Executivo e lhes prestam apoio público (Nagrelha, Puto Português, MCK).

Trata-se de medidas geradoras de emprego, de qualificação, de saúde, transparência interna e externa, de estabilidade e crescimento. Estas contribuem para a melhoria do nível de vida das populações e para a paz social, do ponto de vista preventivo, retirando argumentos oportunistas a indivíduos e organizações que procuram manipular algumas das carências sociais e económicas da população, tendo em vista a sua mobilização contra o Estado e, em particular, contra o Executivo.

Adicionalmente, deverão integrar as manobras estratégicas a desenvolver, no sentido de assegurar uma eficaz resposta à acção subversiva dos movimentos analisados. No fundo, medidas que, incorporando princípios de referência como os de

“*warning intelligence*” ou de antecipação da “surpresa estratégica” (Grabo, 2002) são utilizados em instrumentos de ordem diversa, convocados para a criação de um sistema de recolha, tratamento e produção de inteligência estratégica, capazes de compreender e recomendar políticas adequadas a antecipar e travar dinâmicas para-subversivas, transformando-as em dinâmicas aculturadas e destruindo os seus fundamentos pragmáticos. Algumas destas medidas poderiam revestir formas como as que enumeramos:

- Procura de influência da opinião pública através de uma manobra psicológica de contra-subversão materializada, essencialmente, por três formas: propaganda com vista à divulgação e convencimento da opinião pública internacional relativamente às ideologias e decisões do regime político vigente; contrapropaganda para promover a neutralização e desacreditação dos movimentos subversivos; e aposta ao nível da informação, de forma a clarificar e esclarecer quanto ao projecto político que tem sido desenvolvido;
- Exploração dos pontos sensíveis dos movimentos através dos *media*, aproveitando a sua capacidade de difusão e ampliação das mensagens, com as ideias que se pretendem transmitir;
- Promoção do reforço do apoio da comunidade internacional ao Governo e redução no que respeita ao apoio à actuação dos movimentos;
- Promoção de uma melhor produção de informação pública credível, capaz de centralizar os efeitos das notícias e da propaganda efectuada pelos movimentos subversivos;
- Desenvolvimento de um sistema de informações eficaz e que potencie a aquisição de todas as informações necessárias às acções a desenvolver. Este sistema será essencial para prevenir o surgimento futuro de fenómenos subversivos. Vejamos algumas das medidas que têm sido asseguradas pelo Governo, através de uma estreita colaboração com as forças de segurança e inteligência, com vista ao asseguramento desses objectivos ao nível da manobra de informação:
  - ❖ Medidas de carácter estrutural que visam uma maior movimentação ascendente, descendente e horizontal de informação entre os diversos organismos que integram o aparelho estadual;
  - ❖ Identificação e acompanhamento de indivíduos e organizações com comportamentos passíveis de constituir perigo para a estabilidade e a soberania nacional, nomeadamente através de uma retrospectiva da sua

história, avaliação de objectivos e determinação de eventual colaboração com interesses estrangeiros que apoiem os insurgentes;

- ❖ Estudo e *benchmarking* de boas práticas de análise de movimentos insurreccionais, a nível global, com especial incidência para a monitorização dos países árabes, do Leste da Europa e de África;
- ❖ Desenvolvimento de plataformas de inteligência e de contra-informação;
- ❖ Qualificação progressiva dos quadros dos órgãos que integram o Sistema de Segurança Nacional;
- ❖ Modernização contínua dos meios tecnológicos ao dispor dos órgãos e serviços de inteligência e de segurança do Estado, bem como de ordem interna;
- ❖ Formação e qualificação das forças de segurança de natureza policial, tendo em vista uma melhoria da sua capacidade de investigação e actuação preventiva;
- ❖ Capacitação e apetrechamento dos meios humanos e tecnológicos ao dispor do Serviço de Migração e Estrangeiros;
- ❖ Estudo e detecção das rotas e perfil dos imigrantes ilegais, bem como das respectivas redes de facilitação da imigração ilegal e tráfico de pessoas;
- ❖ Expansão da rede de vigilância tecnológica e por satélite nas áreas fronteiriças;
- ❖ Criação e operacionalização de um Observatório do Terrorismo, Criminalidade Organizada e Segurança, especializado na prevenção e combate às redes terroristas e às redes de branqueamento de capitais, com eventuais ligações a organizações com actividade subversiva.

## CONCLUSÕES

É na conclusão de um trabalho, no encerramento, ainda que temporário, dos trabalhos de investigação que a inquietação e a sede de conhecimento geram, sobre um tema em que se expõe a seiva do mesmo e se oferece, em tributo ao Conhecimento, uma pequena contribuição sintética para o seu crescimento. Espera-se que este último texto cumpra, com humildade e rigor, esse desiderato.

Cumpre, neste ponto, recordar primeiro a nossa questão de partida, meio utilizado para tentar chegar à concretização dos objectivos propostos. «Como evoluíram, da perspectiva da Estratégia, as posições e táticas de Estado e contendores, nas “Revoluções Coloridas”, na “Primavera Árabe”, e, finalmente, na República de Angola, no quadro de uma alegada tentativa de promoção de uma “Primavera Angolana”?», questionámos, no início da Dissertação.

O modelo de trabalho concebido para responder a esta questão passou pela aplicação de alguns conceitos essenciais do campo da Estratégia, nomeadamente a taxonomia elaborada por Ribeiro (2010) aos casos das “Revoluções Coloridas”, “Primaveras Árabes” e da República de Angola, entre Estado e contendores, e a caracterização dos elementos dos insurgentes, de acordo com a tipologia de militância elaborada por Hoffer (2007).

Como campos de observação, foram identificados os casos de vários países em que ocorreram as mudanças políticas referidas: Sérvia, Geórgia, Ucrânia e Quirguistão, no caso das “Revoluções Coloridas”; enquanto pretensas “Revoluções”, Iraque, Kuwait e Líbano, e como “Primaveras Árabes” de pleno direito, Argélia, Síria, Tunísia, Líbia, Iémen e Turquia. O caso de estudo ao qual todas as experiências recolhidas se aplicavam finalmente, por comparação, foi o da República de Angola e a da existência de grupúsculos aspirantes à criação de uma “Primavera Angolana”.

Dada a distância temporal entre os acontecimentos e a distância geográfica que deles nos separam, em alguns casos, optou-se por uma metodologia de recolha de informação e de consulta, essencialmente documental, de fontes noticiosas, de documentação oficial, bem como pela evocação de uma longa experiência profissional, no caso particular do estudo da República de Angola, do terreno político, económico e social.

Como constrangimento adicional, derivado da temática e da dimensão do objecto de trabalho, contou-se com o factor “actualidade”. Acontecimentos demasiado recentes para constituir matéria da História, pela vastidão de discursos que os mobilizam, sem a

síntese isenta da pena histórica, levam a que seja sentida, pelo investigador, uma necessidade de comprimir o objecto de trabalho, resumindo-o aos factos mais marcantes e assumindo a devida margem de erro na sua interpretação. Assim e primeiramente, com base na metodologia estabelecida para a Dissertação, reconhece-se rica, em quantidade, mas escassa em profundidade, a documentação oficial e a académica sobre os temas tratados em concreto, pese embora, por seu turno, a quantidade de obra científica sobre a Estratégia disponível.

Face aos objectivos do projecto, considera-se que estes foram, no essencial, cumpridos. A prova da relevância multidisciplinar, e em particular para a Estratégia, dos temas apresentados, é evidente. Assim como é, trataram-se todos os casos admitidos a estudo, de revoluções políticas de cariz marcadamente pós-moderno, altamente profissionalizadas, cabimentáveis num quadro taxonómico da Estratégia.

Em matéria de objectivos secundários, foi aplicada, de um modo introdutório, a taxonomia pretendida, evocando a essência do trabalho de Ribeiro (2010) e Beaufre (2004) e foram identificados os tipos de militância dos insurgentes, no quadro da classificação proposta por Hoffer (2007). A presente investigação obteve, portanto, o que se pretendia, no seu projecto.

Dado o seu carácter analítico e eminentemente prático, é pela simplicidade e solidez que primam as conclusões a extrair da presente investigação e que, sem um carácter definitivo, dada a mutabilidade do objecto, acrescentam, efectivamente, conhecimento ao que se dispõe sobre os factos.

Da análise dos fenómenos que deram nome às “Revoluções Coloridas” e à “Primavera Árabe”, é desde logo possível concluir que os mesmos, com intensidade variável entre os países onde ocorreram, tinham por foco introduzir alterações nos regimes políticos vigentes, promovendo cedências dos governantes no que respeita a certas políticas ou, em último caso, conduzindo à queda do governo e à sua substituição por uma nova força política nacional.

É evidente o seu interesse para a Estratégia, enquanto objecto de análise, assim como o seu carácter multidisciplinar, atreito a um estudo pela Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia ou Estudos Militares.

É marcadamente pós-moderno o estilo das insurreições analisadas. Emerge, nelas, a dominância das estratégias indirectas (de lassidão), como definidas por Ribeiro (2010) e Beaufre (2004), enquanto grandes instrumentos de subversão utilizados pelos insurgentes das “Revoluções Coloridas”, das “Primaveras Árabes” e mesmo pelos que

ambicionam uma “Primavera Angolana”. A mediatização da sociedade e a importância da reputação propulsionam o sucesso destas estratégias, que só encontram o adversário na sua reprodução, igualmente vigorosa, pelos governos dos Estados em contenda e na tomada, no caso da República de Angola, de medidas preventivas capazes de cortar, na raiz, os fundamentos conceptuais e ideológicos da subversão e coacção.

Essa reacção e, por vezes, acção preventiva, toma forma na adopção de modelo de Estratégia Nacional e de Estratégias Particulares que se encontra imbuído de um todo *soft power*, efectivo nos seus efeitos. Isto, na medida em que a utilização de uma acção directa e ofensiva poderia ter um efeito favorável à manobra psicológica seguida pelos movimentos. Compreende-se, por isso, que seja privilegiado o desenvolvimento de medidas que visem neutralizar os movimentos, reforçar as forças contra-subversivas e, por fim, de suma importância, consolidar a adesão da população ao programa político que tem sido, por si, desenvolvido.

Prova, em particular, é o facto de, na República de Angola, o surgimento de movimentos contestatários com aspirações a “Primavera” ser mais uma aspiração do que uma realidade taxativa, sendo certo que os mencionados movimentos não apresentam uma estruturação que permita concluir pela existência de uma ameaça de “Primavera Angolana”, nem encontram condições para reunir o apoio internacional.

O trabalho estratégico de engendramento de uma Estratégia politicamente aceitável, *quicá* elogiável, e ainda assim, fatal para as aspirações subversivas de uma oposição desorganizada mas visível, é elaborado com base em práticas com resultados comprovados. Ao mesmo tempo, o esforço de adaptação às aspirações da população, garantindo uma melhor Estratégia ao nível da execução daqueles que são os grandes planos traçados a nível integral pelo Governo, e que visam a satisfação dos interesses colectivos, fornece um enquadramento protector.

Estas conclusões, porém, não se encontram isentas de inquietações científicas. Reconhecemos, desde a primeira instância, a importância de uma abordagem quantitativa e sistémica aos modelos de insurreição/revolução. Ainda assim, este parece ser um campo em que a literatura disponível, principalmente focada nos grandes conflitos do século XX, parece não dispor ainda de um modelo que, em aplicação aos casos analisados, pudesse obter resultados satisfatórios. Esse seria um dos aspectos, numa investigação posterior, a abordar.

Igualmente, a possibilidade de uma análise do nível de riscos de uma insurgência, através de uma matriz de análise, afigurou-se, a dado momento desta investigação, uma possibilidade de complemento atractiva. Porém, a necessidade de síntese e a exigência

de importantes detalhes, em matéria factual, sobre a temática, ainda não disponíveis, de natureza económica, militar e política, levariam a optar por não seguir também esse caminho.

Contudo, trata-se, em ambos os casos, de opções válidas de investigação, que poderiam ser mobilizadas com vantagem para o conhecimento científico, em ocasiões posteriores.

Finalmente, uma nota relativamente à contribuição prática desta Dissertação de Mestrado. Resulta clara e inequívoca a aplicabilidade da análise, em particular aos Estados, que se reconhecem como Estados de Direito, e em particular a República de Angola, sobre a forma como tende a decorrer a interacção com movimentos de insurgentes, mais ou menos organizados. O maior contributo deste trabalho é, na verdade, a prescrição, a qualquer Estado de Direito, de um combate sem tréguas pela melhoria da qualidade de vida da população, da prevenção de focos de desorientação política entre as camadas mais jovens da população e a revelação, pública e inequívoca, do nível de desorganização e falta de credibilidade destes movimentos que, em muitos casos, poderia ser substituída por uma cooperação atenta e empenhada com as autoridades. Como sustentáculos, deve esse governo apostar na inteligência, na transformação e adaptação de políticas, no combate ideológico traduzido em medidas legislativas concretas.

Como evoluirão os acontecimentos na República de Angola é algo que qualquer observador atento deverá ter em conta, no futuro. E apesar da experiência profissional do autor desta Dissertação que sustenta, também, alguma da análise, nomeadamente dos cenários geoestratégicos globais e dos insurgentes angolanos, é com humildade que se reconhece ser esta uma matéria sobre a qual muito conhecimento científico terá ainda de ser produzido, até se encontrar uma compreensão cabal de todo o cenário.

Mas parece mais provável que, em lugar de qualquer “Primavera”, evolua, solidamente, um “Verão” fortemente marcado pela melhoria da qualidade de vida do povo angolano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

- Alves, J. L. (1998). *Estratégia: Panorama Geral da sua Teoria*. Lisboa: D. Quixote, 1998.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso 1996, 1983.
- Apolinário, M. A. (2002). *A Globalização nos cenários estratégicos e sua influência no sistema de Defesa Nacional*. Lisboa: TILD, CSCD 2001-2002, IAEM, 2002.
- Bardin, L. (1993). *L'analyse de Contenu*. Paris: PUF, 1993.
- Barrento, M. (2010). *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História, 2010.
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo, 2004.
- Bilhim, J. (2008). *Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas* (6.ª Edição). Lisboa: ISCSP, 2008.
- Bobbio, N. (1989). *Democracy and Dictatorship. The Nature and Limits of State Power*. UK: Polity Press, 1989.
- Bom, L. T. (2011). *Estratégia & Política*. Lisboa: Bnomics, 2011.
- Boniface, P. (2003). *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Ed. Inquérito, 2003.
- Charnay, J. P. (1990). *Critique de la Stratégie*. Paris: L'Herme, 1990.
- Clark, W. (2003). *Vencer as Guerras Modernas*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Vol. I e II. Lisboa: Instituto Superior de Assuntos Militares, 1998.
- Couto, A. C. (2007). *Raymond Aron e a Teoria da Estratégia*, 2007. Disponível em [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1237/1/NeD111\\_AbelCabralCouto.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1237/1/NeD111_AbelCabralCouto.pdf).
- David, C. P. (2001). *A Guerra e a Paz. Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- Fernandes, A. H. (2011). *Acolher ou Vencer - A Guerra e a Estratégia na Actualidade*. Esfera do Caos, 2011.
- Foucault, M. (1970). *L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial de António Bento, in [www.portalentretextos.com.br/livros-online-dw.html?id=69](http://www.portalentretextos.com.br/livros-online-dw.html?id=69).
- Grabo, Cynthia M. (2002) “*Anticipating Surprise: Analysis for Strategic Warning*”. Washington: Joint Military Intelligence College. Disponível em <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA476752>
- Gray, C. S. (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Hoffer, E. (2007). *Do Fanatismo*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

- Lara, A. S. (2004 e 2011). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão* (6.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: ISCSP-UTL, 2004 e Pedro Ferreira Editor, 2011.
- Lara, A. S. (2007). *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*. Coimbra: Almedina, 2007.
- Lara, A. S. (2011). *Subversão e Guerra Fria*, ed. ISCSP-UTL, Lisboa: 2011.
- Leandro, J. E. G. (1997). *Estratégias de Acção: Tipos e Prospectivas*. In *Estratégia*. Vol. IX. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1997.
- Lind, M. (2006). *The American Way of Strategy – US Foreign Policy and the American Way of Life*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Lipovetsky, G. (2004). *O Crepúsculo do Dever*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- Lyotard, Jean-François (1979). *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.
- Machado, J. E. M.; e Costa, P. N. (2011). *Direito Constitucional Angolano*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- Maltez, J. A. (1993). *Sobre a Ciência Política*. Lisboa: ISCSP, 1993.
- Maltez, J.A. (1998). *Princípios de Ciência Política*. Lisboa, ISCSP, 1998.
- Maltez, J. A. (2007). *Metodologias da Ciência Política*. Lisboa: ISCSP, 2007.
- Maquiavel, N. (1996). *O Príncipe*. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.
- Martim, H. P., & Schumann, H. (2000). *A Armadilha da Globalização*. Lisboa: Coleção Actualidades, Terramar, 2000.
- Morais, A. M., & Neves, I. P. (2007). *Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista*. In *Revista Portuguesa de Educação* (pp. 75-104). CIEd – Universidade do Minho, 2007.
- Moreira, A. (2012). *Ciência Política*. Lisboa: Almedina, 2012.
- Moreira, A. (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996.
- Pinto, E. M. L. (2002). *As Novas Ameaças aos Estados Soberanos*. Lisboa: TILD, CSCM 2001/2002, IAEM, 2002.
- Poirier, Lucien (1982). *Essais de Stratégie Théorique*. Paris: Fondation pour les Études de Défense National, 1.<sup>o</sup> suplemento ao número 13 (1.<sup>o</sup> Trimestre 1982), Stratégique, 1982.
- Prússia, F. (2000). *O Anti-Maquiavel*. Lisboa: Guimarães Editores (Trabalho original publicado em 1741).
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4.<sup>a</sup> Edição). Paris: Gradiva, 2005.
- Ramonet, I. (2001). *Propagandas Silenciosas: Massas, Televisão, Cinema, Campo dos Média*. Porto: Campo das Letras, Editores, S.A., 2001.
- Ramsbotham, O.; Woodhouse, T. Miall, H. (2011). *Contemporary Conflict Revolution*. London: Polity Press, 2011.

- Ribeiro, A. S. (1999). *Planeamento da Acção Estratégica Aplicado ao Estado*. Lisboa: Editorial Minerva, 1999.
- Ribeiro, A. S. (2004) *Organização Superior de Defesa Nacional, uma Visão Estratégica, 1640-2004*. Lisboa: Prefácio, 2004.
- Ribeiro, A. S. (2010). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Livraria Almedina, 2010.
- Rogério, N. (2002). *Guerra em Paz. A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial*. Lisboa: Hugin Editores, 2002.
- Sacchetti, A. F. (2002). A Conjuntura Internacional e os Novos Conflitos. In *Estratégia*. Vol. XIII. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2002.
- Santos, L. (2000). *Reflexões sobre Estratégia, Temas de Segurança e Defesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.
- Santos, L. (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio – Reflexões Sobre Estratégia II*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001.
- Santos, L. (2003). *A Idade Imperial – Reflexões sobre Estratégia III*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- Sharp, Gene (1983). *From Dictatorship to Democracy*. East Boston: The Albert Einstein Institution, 2010. Disponível em <http://www.aeinstein.org/organizations/org/FDTD.pdf>
- Tzu, S. (2008). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Quasi, 2008.
- Weber, Max (1968). *Economy and Society*. New York. 3 vols, 1968.

### **Documentação Oficial**

*Joint Communication to the European Parliament, The Council, The European Economic And the Social Committee Of The Regions*. Bruxelas: Com (303) final, 25-05-2011.

Disponível em:

[http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/documents/communication\\_conjointe\\_mai\\_2011\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/documents/communication_conjointe_mai_2011_en.pdf)

### **Artigos**

- AAVV (2013). “Arab Revolutions and Geostrategic Balances and Interactions”. In *Policy Anysis*, October 2012. Disponível em <http://english.dohainstitute.org/release/8fbc1ae1-b6db-461c-8052-df2840d461da>
- Balão, S. M. R. (2011). “Globalização, Democracia, Secretismo e Terrorismo Global na senda dos Fundamentalismos Contemporâneos. Uma Introdução”. *Proelium In Revista Científica da Academia Militar*, Janeiro a Junho.

- Balão, S. M. R. (2011). "Globalização, Cultura e Geopolítica/Geoestratégia na CPLP" In *Revista Geopolítica*, n.º 4, p. 151.
- Balfour, R. (2011). "EU Conditionality after the Arab Spring". In *PapersIEMed*, 16. 2012. Disponível em:  
[http://www.iemed.org/publicacions-en/historic-de-publicacions/papersiemed-euromesco/16.-eu-conditionality-after-the-arab-spring/at\\_download/arxiu\\_relacionat](http://www.iemed.org/publicacions-en/historic-de-publicacions/papersiemed-euromesco/16.-eu-conditionality-after-the-arab-spring/at_download/arxiu_relacionat)
- Bartlett, W. (2008). "Regional integration and free-trade agreements in the Balkans: opportunities, obstacles and policy issues". In *Economic Change and Restructuring*, Volume 42, Numbers 1-2 / May, 2009. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/research/LSEE/PDFs/Latest%20Research/2009item2bartlett.pdf>
- Braumoeller. B. F. (2008). "Systemic Politics and the Origins of Great Power Conflict". In *American Political Science Review*, Vol. 102, N.º 1 February 2008 pp. 77-93. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/88178968/The-Origin-of-Great-Power-Conflict>
- Connor, Walker (1980). "Nationalism and political illegitimacy". In *Canadian Review of Studies in Nationalism*. VII (Fall 1980): 201-228. Disponível em <http://easyweb.easynet.co.uk/conversi/legitimacy.pdf>
- Correia, P. de P (2010). "Evolução do Pensamento Estratégico, Revolução dos Assuntos Militares e Estratégia Pós-Moderna". In <http://www.iesm.pt/s/Cisdi/boletim/Artigos/B7-3.pdf>
- Fernandes, A. H. (2009). "A Estratégia e as Relações Internacionais". In *Nação e Defesa*, Primavera 2009, N.º 122 – 4.ª série, pp. 151-172.
- Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace and Peace Research", In *Journal of Peace Research* 6(3): 167–191.
- Garcia, F. P. (2007). "Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais". In *Estratégia*. Lisboa: IPCE, ISCSP e Políticas e AICP, Vol. XVI, pp. 27-98.
- Griffin, Em (s/d); "Spiral of Silence of Elisabeth Noelle-Noemann" In *A First Look at Communication Theory*, 7th edition, pp. 372-382. Disponível em <http://www.afirstlook.com/docs/spiral.pdf>.
- Kandil, A. (2012). "China and the "Arab Spring": A News Player in The Middle East". In *Brief*. 47, 5 July 2012. Disponível em [http://www.euromesco.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1475%3Aa-h%27med-kandil&catid=62%3Aeuromesco-briefs&Itemid=49&lang=fr](http://www.euromesco.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1475%3Aa-h%27med-kandil&catid=62%3Aeuromesco-briefs&Itemid=49&lang=fr)
- Khoury, D. (2011). "Social Media and the Revolutions: How the Internet Revived the Arab Public Sphere and Digitalized Activism". In *Perspectives*, Issue 2:80-86. Disponível em <http://www.tajaddod-youth.com/download/36/>

- Kuran, T. (Apr., 1989). "Sparks and Prairie Fires: A Theory of Unanticipated Political Revolution". In *Public Choice*, Vol. 61, No. 1, pp. 41-74. Disponível em <http://econ.duke.edu/uploads/assets/People/Kuran/Sparks%20and%20prairie%20fires.pdf>
- Lin, C. (2013). "China's Strategic Shift Toward the Region of the Four Seas: The Middle Kingdom Arrives in the Middle East". In *Middle East Review of International Affairs*, Vol. 17, N.º 1 (Spring 2013). Disponível em <http://www.gloria-center.org/2013/03/chinas-strategic-shift-toward-the-region-of-the-four-seas-the-middle-kingdom-arrives-in-the-middle-east/>
- Manners, I (2002); "Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?" In *Journal of Common Market Studies*. Volume 40, N.2 pp.235-58. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-5965.00353/pdf>
- Odgaard, L. (2013). "China's Coexistence Strategy and the Consequences for World Order". In *China Brief* Volume XIII s Issue 11 s May 24, 2013. Disponível em [http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=40914&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=25&cHash=d900758cecbfd2396fe08fa6e8dac0d](http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=40914&tx_ttnews%5BbackPid%5D=25&cHash=d900758cecbfd2396fe08fa6e8dac0d)
- Rich, J (2013). "Adding Some Context: The Systemic Constraints on Coercio". In *Politics* Volume 33, Issue 1, pages 37-46, February 2013. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9256.2012.01449.x/pdf>
- Schumacher, T. (2011). "The EU and the Arab Spring: Between Spectatorship and Actorness". In *Insight Turkey*, vol. 13, n.º 3, 2011: pp.107-119. Disponível em <http://www.geema.org/documentos/1311769182S1INM2er7Ad46NI6.pdf>
- Scott, D. (2013). "Multipolarity, Multilateralism and Beyond...? EU – China Understandings of the International System". In *International Relations*, March 2013 vol. 27 no. 1 30-51. Disponível em <http://ire.sagepub.com/content/27/1/30.abstract>
- Tanter, R.; Midlarsky, M. (Sep., 1967). "A Theory of Revolution". In *The Journal of Conflict Resolution*. Vol. 11, No. 3, pp. 264-280. Disponível em [http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/66981/10.1177\\_002200276701100302.pdf?sequence=2](http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/66981/10.1177_002200276701100302.pdf?sequence=2)
- Urkultur – Revista Digital Europea Transnacional*. "Jean Thiriart y el Nacional-Comunitarismo Europeo". In <http://pt.scribd.com/doc/54200087/URKULTUR-N%C2%BA-12>

## **Notícias e Artigos de Opinião**

*Angola longe de cumprir sequer "metade" de Objectivos do Milénio – relatório.*

Disponível em <http://expresso.sapo.pt/angola-longe-de-cumprir-sequer-metade-de-objetivos-do-milenio-relatorio=f810732>

*Angola é o sexto país mais empreendedor.* Disponível em

<http://jornaldeeconomia.sapo.ao/empresas/angola-e-o-sexto-pais-mais-empreendedor>

*Antigos Militares continuam sem dinheiro.* Disponível em

<http://figurasenegocios.com/content.aspx?1243>

*Banco Mundial elogia as contas.* Disponível em

<http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=18316> Electoral Democracy: Path to

*State Capture in Georgia.* Disponível em

<http://www.unhcr.org/refworld/country,,,GEO,,5146e28828,0.html>

Gearan, A. (2013). *U.S. warns Russia against sending missiles to Syria.* Disponível em

[http://articles.washingtonpost.com/2013-05-31/world/39649134\\_1\\_israel-s-state-john-f-syrian-rebels](http://articles.washingtonpost.com/2013-05-31/world/39649134_1_israel-s-state-john-f-syrian-rebels)

*Governo angolano quer ouvir os problemas dos jovens.* Disponível em

<http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130725-governo-angolano-quer-ouvir-os-problemas-do-jovens>

*International Military Education and Training Account Summary.* Disponível em

<http://www.state.gov/t/pm/ppa/sat/c14562.htm>

*IRSE destaca melhorias no fornecimento de energia ao país.* Disponível em

[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/sociedade/2013/4/22/PCA-IRSE-destaca-melhorias-fornecimento-energia-pais,ad99758d-147f-49dc-b358-3ceadd2ba7b2.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2013/4/22/PCA-IRSE-destaca-melhorias-fornecimento-energia-pais,ad99758d-147f-49dc-b358-3ceadd2ba7b2.html)

*Juventude prepara "Primavera Angolana" contra governo.* Disponível em

<http://www.dw.de/juventude-prepara-primavera-angolana-contra-governo/a-16168382>

*Jovens solicitam expansão dos núcleos universitários nos municípios.* Disponível em

[http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/educacao/2013/8/36/Jovens-solicitam-expansao-nucleos-universitarios-nos-municipios,2680e24f-296d-4d86-b442-fb5db78b8e0d.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2013/8/36/Jovens-solicitam-expansao-nucleos-universitarios-nos-municipios,2680e24f-296d-4d86-b442-fb5db78b8e0d.html)

Kissinger, H. (2012). *Defining a U.S. Role in the Arab Spring.* Disponível em

<http://www.henryakissinger.com/articles/iht040212.html>

Luvualu de Carvalho, A. (2013). *Primavera Árabe e os Dois Anos de Fracassos.* Jornal de

Angola. Disponível em

[http://jornaldeangola.sapo.ao/opinio/artigos/primavera\\_arabe\\_e\\_os\\_dois\\_anos\\_de\\_fr  
acassos](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinio/artigos/primavera_arabe_e_os_dois_anos_de_fr<br/>acassos)

*Primavera Angolana travada em nova manifestação.* Disponível em  
<http://figurasenegocios.com/content.aspx?1243>

*Plano nacional de desenvolvimento prevê três objectivos de médio prazo.* Disponível em  
[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/economia/2013/5/22/Plano-nacional-  
desenvolvimento-preve-tres-objectivos-medio-prazo,e3ab64f5-7b7e-46a9-aa13-  
7856f6d8ad1e.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2013/5/22/Plano-nacional-<br/>desenvolvimento-preve-tres-objectivos-medio-prazo,e3ab64f5-7b7e-46a9-aa13-<br/>7856f6d8ad1e.html)

Queiroz, F. (2013). *O papel estratégico de Angola na construção da SADC.*

Rocha, M. A. (2010). *A posição económica de Angola em África.* Disponível em  
[http://expansao.sapo.ao/home/opinio/manuel\\_alves\\_da\\_rocha/a\\_posicao\\_economica  
\\_de\\_angola\\_em\\_africa](http://expansao.sapo.ao/home/opinio/manuel_alves_da_rocha/a_posicao_economica<br/>_de_angola_em_africa)

*Vida Imobiliária*, n.º 2. Disponível em

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=novas%20centralidades&source=web&cd=1&ve  
d=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ao.vidaimobiliaria.com%2Fsites%2Fdefault  
%2Ffiles%2Farquivo%2Fartigo%2F%2FVIA02-  
Dossier.pdf&ei=bSHkUfOKDciL7Aba1YGwDw&usg=AFQjCNENeLZfLO7mMIIIVJqVqT  
Tuzd2yY2Q&bvm=bv.48705608,d.ZWU&cad=rja](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=novas%20centralidades&source=web&cd=1&ve<br/>d=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ao.vidaimobiliaria.com%2Fsites%2Fdefault<br/>%2Ffiles%2Farquivo%2Fartigo%2F%2FVIA02-<br/>Dossier.pdf&ei=bSHkUfOKDciL7Aba1YGwDw&usg=AFQjCNENeLZfLO7mMIIIVJqVqT<br/>Tuzd2yY2Q&bvm=bv.48705608,d.ZWU&cad=rja)

Vines, Alex (2013). *Angola matters to U.S. So what's the problem?*. Disponível em  
[http://globalpublicsquare.blogs.cnn.com/2013/05/17/angola-matters-to-u-s-so-whats-  
the-problem/](http://globalpublicsquare.blogs.cnn.com/2013/05/17/angola-matters-to-u-s-so-whats-<br/>the-problem/)

## **Vídeos**

*Georgia Democracy Education.* Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=BY2Q4k9TSlo>

*George Galloway on the Arab Spring.* Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=1VRIDWT19O4>

*Pentagon created Arab Spring over decade ago.* Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=P1eu7F7m0nl>

*The Arab awakening - Seeds of revolution.* Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=BSZ7Ln5KzRU>